



ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis, 17 de dezembro de 2003 - Ano XIX - Nº 2

**A ameaça
do ensino
pago**

**Luiz Cláudio
esclarece
o *off*.
E muito
mais**



**A república
dos documentos
secretos
e do sigilo
eterno**

**Voto
eletrônico
é violável**

www.zero.ufsc.br

Jornalistas mortos são 56 em 2003

Ao todo neste ano 56 jornalistas foram assassinados no mundo. Ataques premeditados aos profissionais e suas publicações, novas restrições governamentais a liberdade de expressão e a onda de conflitos contribuíram para a degradação da imprensa livre em 2003. Criou-se uma perspectiva nefasta para o próximo ano. Foi o que concluiu a Associação Mundial de Jornais, (WAN, sigla em inglês) na revisão sobre a imprensa livre mundial. A WAN representa 18 mil jornais em todo o mundo.

"Sérias limitações de liberdade de expressão na forma de leis de segurança nacional, atos de terrorismo e leis de crimes por difamação baixaram os números de jornalistas na prisão, porém incentivaram ainda mais a prática de autocensura" diz seu relatório. A repressão das autoridades tem deixado a imprensa cada vez menos livre para se expressar.

As mais audaciosas tentativas de criar barreiras legais para reprimir a imprensa podem ser vistas no Uzbequistão, Irã e Zimbábue. No Irã até hoje permanecem impunes os autores e mentores dos assassinatos de jornalistas cometidos em 1998. No Zimbábue, quatro integrantes da Associação Nacional de Jornais foram demitidos pela suprema corte do país.

A Colômbia, considerada o país mais hostil aos jornalistas, foi ultrapassada pelas Filipinas que teve seu número de jornalistas mortos dobrado em relação ao ano passado. De 3 saltou para 6. Em setembro, o radialista Juan "Jun" Pala foi morto a tiros. Ele é o sexto jornalista filipino morto neste ano. A esposa de Pala disse que seu marido costumava criticar os oficiais do governo, incluindo o major Rodrigo Duterte e a presidente Gloria Macapagal Arroyo. E também costumava expor a corrupção que envolvia alguns políticos.

Mais desencorajador ainda é o número de casos que continuam impunes na Colômbia. Nos últimos 15 anos, as autoridades do país resolveram apenas 35 dos 112 casos de jornalistas mortos.

No Iraque, o governo de transição decretou uma série de novas regras nas quais as principais organizações midiáticas do mundo árabe - Al Jazeera e Al-Arabiya - foram temporariamente banidas de cobrir eventos oficiais por serem consideradas provocadoras de violência. A proibição foi imposta depois de a Al-Arabiya transmitir uma fita de áudio, em 16 de novembro, na qual a voz, que seria de Saddam Hussein, pedia aos iraquianos que matassem os membros do governo de transição imposto pelos americanos. O governo interino iraquiano baniu previamente a Al-Arabiya e o canal árabe via satélite Al-Jazeera de cobrirem atividades oficiais por duas semanas depois do assassinato de Akila al-Hashimi, membro do governo interino, morto no dia 20 de novembro.



Fonte: Repórteres Sem Fronteiras

Apesar da resolução oficial do conflito no Iraque e do número de jornalistas mortos ter diminuído consideravelmente, eles continuam sofrendo as consequências da hostilidade e instabilidade no país. Nos últimos seis meses, quatro jornalistas foram mortos. O cinegrafista Mazen Dana da Reuters foi baleado e morto por um soldado americano em agosto. Jeremy Little morreu em julho depois que uma granada atingiu seu carro. Mais recentemente, em outubro, morreu Ahmed Shawkat, editor de um jornal semanal iraquiano.

Muitos jornalistas andam escondidos com medo das ameaças. A situação é alarmante, em vista do rígido controle sobre a imprensa e, em consequência, a liberdade de expressão. Lá, os correspondentes precisam combater leis que sempre resultam em acusação criminal, cadeia e censura.

A Ásia é a região com maior número de assassinatos a jornalistas. Políticas severas de repressão, restrição excessiva à mídia e conflitos étnicos e tensões religiosas existentes em muitos países contribuíram para uma imprensa sem liberdade na região. O relatório também salienta o controle abusivo dos governos chinês e vietnamita na troca de informações via Internet.

Na China e no Vietnã, ataques contínuos a internautas, em nome da segurança nacional aumentaram o número de jornalistas e ativistas dos direitos humanos que receberam severas penas em prisões. Quatro jornalistas especializados em Internet Xu Wei, Jin Haike, Yang Zili, e Zhang Honghai foram sentenciados entre 8 e 10 anos de prisão por atos subversivos em junho. Eles se somaram a outros 30 que já estão aprisionados.

As autoridades chinesas também suspenderam a publicação de 673 jornais no âmbito de uma reforma da imprensa estatal, que estaria entrando numa "fase crucial", conforme noticiou a agência estatal. A China tem 2.119 jornais, 9.038 revistas e 568 editoras de

publicações. No Vietnã, em junho, o ensaísta Pham Hong Son foi condenado a 13 anos de prisão por "espionagem".

Na Rússia, o assassinato dos jornalistas Aleksey Sidorov e Alikhan Gulyev, reacendeu a crescente violência no país. O uso de leis antiquadas, como a sentença de um ano de trabalho forçado a German Galkan, editor chefe do jornal diário Vecherny Cheliabinsk, por difamar dois políticos, juntamente com as rígidas restrições do governo a cobertura da mídia, distinguiu a abordagem russa da imprensa europeia sobre a guerra da Chechenia e as eleições de outubro.

As condições de trabalho para jornalistas locais do Afeganistão pioraram desde junho. A sentença de morte dos editores Sayeed Mirhassan Mahdawi e Ali Reza Payampor por blasfêmia, em agosto, foi o estopim para a comunidade internacional começar uma larga campanha para a liberdade de expressão no país. As medidas tomadas pelas autoridades afegãs difundiram um clima de medo. Os jornalistas temem publicar artigos que critiquem os líderes locais e religiosos.

A permanente violência em Israel e Palestina degradou também a imprensa livre na região. A grande preocupação é com a segurança. Apesar do temporário cessar fogo, as atividades tanto dos jornalistas locais quanto dos estrangeiros ficaram ainda mais restritas.

América Latina - O Brasil tornou-se mais perigoso quando três jornalistas foram mortos nos últimos seis meses sob circunstâncias suspeitas. Edgar Ribeiro Pereira de Oliveira, dono de um semanal, o *freelancer* Luiz Antonio da Costa e Nicanor Linhares Batista, proprietário de uma estação de rádio foram assassinados. Luiz Antonio da Costa, que trabalhava para a revista Época foi assassinado quando tirava fotos da invasão de três mil pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ao terreno da Volkswagen na cidade de São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

Na América Central a imprensa livre teve significativos ganhos na Costa Rica seguindo a decisão da Corte Constitucional de abrir fontes de informação incluindo o acesso a dados de contas bancárias usadas em campanhas políticas.

Embora na administração do presidente mexicano Vicente Fox tenha se discutido sobre a lei de imprensa mexicana, que restringe liberdade de imprensa, nenhuma ação concreta foi feita ainda para reparar a lei de 1917, onde difamação, por exemplo, representa uma ofensa criminal. O suborno de jornalistas diminuiu, mas as reformas democráticas da presidência ainda não reforçaram a imprensa livre no país.

Maria Fernanda Ziegler

Direito é uma coisa, acesso é bem outra

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) promoveu em setembro, em Brasília, o Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas, reunindo jornalistas, representantes do governo e entidades comprometidas com os direitos da sociedade. O objetivo foi levar a questão do acesso a informações públicas a entidades não jornalísticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entendendo que o assunto é do interesse de toda a sociedade. A conclusão da reunião foi de que o direito de acesso a informações públicas no Brasil é muito limitado, em geral fora do alcance do cidadão comum. "É difícil obter informações públicas no Brasil. E quando esse acesso existe, é de maneira inadequada, redigida de forma que pouquíssimas pessoas têm condições de entendê-la", destaca Marcelo Beraba, presidente da Abraji.

Um dos principais resultados do seminário foi a criação de um fórum de organizações não-jornalísticas para discutir e encaminhar propostas relativas ao direito de acesso a informações. "A Abraji tem o ideal de que deve se esforçar ao máximo para passar o bastão dessa luta a entidades não jornalísticas para podermos trabalhar juntos. Essa não é uma luta dos jornalistas, é uma luta da sociedade", lembra. "O direito de acesso à informação pública não é exclusivo nem privativo da imprensa, que é a menos afetada por essa cultura obscurantista. Mal ou bem, ela corre atrás das informações. Quem se prejudica de fato é a sociedade, que não tem caminho para obtê-las", completa.

Seguro contra a corrupção - Rosental Calmon Alves, diretor da Cátedra Knight de Jornalismo da Universidade do Texas, destacou, no evento, que "a garantia de acesso à informação pública é um seguro contra a corrupção e o desperdício de recursos públicos". Ele lembrou que desde 1966, nos EUA, os cidadãos podem pedir todo tipo de informação do governo, exceto alguns dados controlados pela CIA considerados de segurança nacional. Pela lei americana, qualquer pessoa, inclusive de fora do país, pode pedir informações sem informar o motivo, e o governo tem dez dias para responder. Em 2002, mais de dois milhões de pedidos de informação foram feitos, apenas 5% deles por jornalistas. Hoje, 50 países têm leis que permitem acesso público a todas as informações produzidas pelos governos. O primeiro a adotar esse tipo de legislação foi a Suécia, em 1766, e o México foi um dos últimos, em 2001, cuja lei figura entre as mais modernas. O seminário teve o apoio do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Universidade de Brasília (UnB), da Transparência Brasil, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). (CA)

Cartas que a gente não esquece

"O Zero é um dos melhores do mundo e ganharia uma competição de jornal-laboratório em qualquer parte. Parabéns a todos aí pelos belos serviços... Abraços"

Rosental Calmon Alves, diretor do Knight Center of Journalism, University of Texas at Austin

"Encontrei por acaso o último número do Zero e fiquei ainda mais impressionado do que já ficara ao ler/olhar outro número tempos atrás. É, disparado, o melhor jornal "laboratório" que conheço, sem nenhum "cheiro" de jornal "estudantil" ou amador. Ótima pauta, ótima diagramação, bons textos, é um jornal seguro. Folheando o Zero não pude deixar de lembrar nossos heróicos (e maravilhosos) tempos do Exemplar. Deveria ir para as bancas. Parabéns a ti e ao pessoal. Com um saudoso abraço do..."

Juarez Fonseca, jornalista, editor assistente do Jornal da Universidade (UFRGS)

ZERO

ANO XIX - Nº 2 - DEZEMBRO 2003 - CURSO DE JORNALISMO - CCE - JOR - UFSC Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Arte:** Alexandre Brandão, Makoto Saito, Renata Dalmaso, Wagner Maia **Apoio:** Labfoto, LabInfografia, LabRadio **Colaboração:** professor Wallace Lehnemann **Copy-writer:** Cinthia Andruchak, Clarissa Antunes, Greyci Girardi, Maria Fernanda Ziegler, Mariana Hinkel, Ricardo Barreto (final), Simone Cunha, Vitor de Brittes, Wagner Maia, Wellington Campos **Direção de Arte e de Redação:** Jornalista e professor Ricardo Barreto **Secretário de Redação:** Wendel Martins **Serviços editoriais:** Agência Câmara dos Deputados, Associação Mundial de Jornais, Intercâmbio Internacional para Liberdade de Expressão, *Folha de São Paulo*, *Gráfica*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, Organoteque Image Bank, Repórteres Sem Fronteiras **Edição:** Cinthia Andruchak, Clarissa Antunes, Greyci Girardi, Mariana Hinkel, Maria Fernanda Ziegler, Simone Cunha, Upiara Boschi **Editor de gastronomia:** Richard Amante **Editoração eletrônica, secretaria produção gráfica e circulação:** Wendel Martins **Tratamento de imagens:** Alexandre Brandão **Fotografia:** Alexandra Godoy, Débora Remor, Fernando Angeoletto, Rafael Carvalho, Sinuê Giacomini, Wladimir D'Andrade **Laboratório fotográfico:** Débora Corrêa, Débora Remor (sênior), Wladimir D'Andrade **Textos:** Cinthia Andruchak, Clarissa Antunes, Greyci Girardi, Maria Fernanda Ziegler, Mariana Hinkel, Maycon Stähelin, Richard Amante, Simone Cunha, Thiago Macedo, Upiara Boschi **Impressão:** *Diário Catarinense* **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC **Telefones:** 55(48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 **Fax:** (48) 331-9490 **Sítio:** www.zero.ufsc.br **Webmaster:** Procura-se E-mail: zero@cce.ufsc.br **Circulação:** Gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
ExpoCom 94

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

Episódios da história do Brasil até hoje não esclarecidos correm o risco de ser um eterno ponto de interrogação nos livros de história e na cabeça dos brasileiros. Não por falta de documentos, mas porque boa parte dessas informações está protegida do acesso público pelo "sigilo eterno". O conceito, criado por um decreto assinado em 2002 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pode manter certos documentos oficiais desconhecidos e inacessíveis para sempre. Em outubro, depois de ouvir várias reivindicações contra a medida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva mostrou ser a favor da revogação do decreto.

A três dias de deixar o Palácio do Planalto, FHC editou o decreto 4.553, que amplia os prazos obrigatórios de sigilo dos documentos oficiais e cria a possibilidade de prorrogar indefinidamente o prazo daqueles classificados como 'ultra-secreto', "de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado". Podem receber esta classificação os documentos, que trazem dados ou informações referentes à soberania e integridade territorial nacionais, a planos e operações militares, às relações internacionais do país, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, "cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado".

Sigilo dobrado - Antes de o decreto de FHC entrar em vigor, os documentos classificados como 'reservados' estavam protegidos por cinco anos, os 'confidenciais' eram protegidos por dez, os 'secreto', por 20, e os 'ultra-secreto' por 30 anos, todos prorrogáveis uma única vez por igual período. O decreto fez esse prazos crescerem, respectivamente, para dez, 20, 30 e 50 anos, prorrogáveis pelo mesmo período, sendo que os 'ultra-secreto' ainda podem ser prorrogados indefinidamente. Além disso, antes dessa regulamentação, apenas o presidente da República e os chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário podiam classificar documentos como 'ultra-secreto'. Esse poder foi vetado aos chefes do Legislativo e do Judiciário e estendido aos ministros de Estado e comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Com a medida, além de atrasar o acesso a papéis dos anos de seu governo, FHC impediu o acesso a documentos secretos como os do golpe de 1964, por exemplo. Mesmo com o prazo máximo prorrogado, eles já poderiam ser liberados no ano que vem, mas agora podem ficar escondidos até 2024.

Além de contrariar a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159 de 1991), que fixa o prazo de sigilo de documentos referentes à segurança da sociedade e do Estado em no máximo 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, o decreto do "sigilo eterno" também vai contra o inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal. A Constituição determina que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado", cobra.

SIGILO

Decreto de FHC encobre informações de interesse público. Lula pode impedir que muitos segredos se tornem eternos

Informação pública para o público - Marcelo Beraba, jornalista e presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), entidade que acompanha de perto a luta pelo acesso a informações, diz que toda informação pública deve ser de conhecimento público para que a população possa julgá-la. "Depois de um tempo, a história do país tem que ser escrita, revelada. Num país com princípios republicanos, como o nosso, o poder público deve estar a serviço da população."

Beraba exemplifica como a sociedade hoje é impedida de ter acesso a documentos públicos que deveriam estar disponíveis. "Baseado no decreto, o governo impede os familiares dos militantes do PC do B mortos na guerrilha do Araguaia de ter acesso aos documentos oficiais que ajudariam a localizar as ossadas." O jornalista também alerta para os prejuízos que a

sociedade pode ter pela dificuldade de acesso à informação pública. "Na ditadura, o presidente Médici proibiu que se publicasse informações sobre a epidemia de meningite no país. Essa ausência de informação matou pessoas, foi uma atitude criminoso. O mesmo pode acontecer quando um secretário de segurança, delegado, diretor de hospital ou chefe de polícia se acha no direito de vetar informação pública, julgando que sua divulgação possa trazer algum problema".

Sigilo mantido - O decreto de FHC entrou em vigor 45 dias depois de sua edição, já no governo Lula. No dia 2 de janeiro, Jaime Antunes, diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), escreveu em ofício que "o decreto ultrapassa os limites impostos na referida lei". A correspondência foi enviada aos conselheiros e à Casa Civil da Presidência, à qual o Ar-

quivo Nacional se subordina. A Casa Civil também recebeu mensagens de outras entidades e instituições de arquivo e pesquisa pedindo a revogação do decreto, mas apesar dos apelos, Lula manteve o "sigilo eterno".

O assunto não fez parte da pauta de discussões do Planalto por alguns meses, mas no final de outubro, surgiu uma nova possibilidade de revogação do decreto. Firmou-se a convicção de que ele extrapolava o que determina a Lei de Arquivos, e agora o Palácio do Planalto não deve se opor à aprovação de um decreto em tramitação na Câmara que acaba com o conceito de "sigilo eterno" para os documentos 'ultra-secreto'.

Luz na escuridão - O projeto de decreto legislativo (PDL) nº 11/03, apresentado pela deputada Alice Portugal (PC do B-BA) à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJ) da Câmara, derru-

ba o texto produzido por FHC. O projeto já recebeu parecer favorável do relator Luiz Eduardo Greehalgh (PT/SP), presidente da CCJ, e está para ser votado na Comissão.

De acordo com o texto do PDL, a medida de FHC "atenta contra a necessária transparência que deve nortear os atos da Administração Pública", e "torna inacessível aos pesquisadores e distancia do Arquivo Nacional documentos que, decorridos seu tempo de necessário sigilo, são vitais para a construção da memória nacional e para o esclarecimento de fatos históricos".

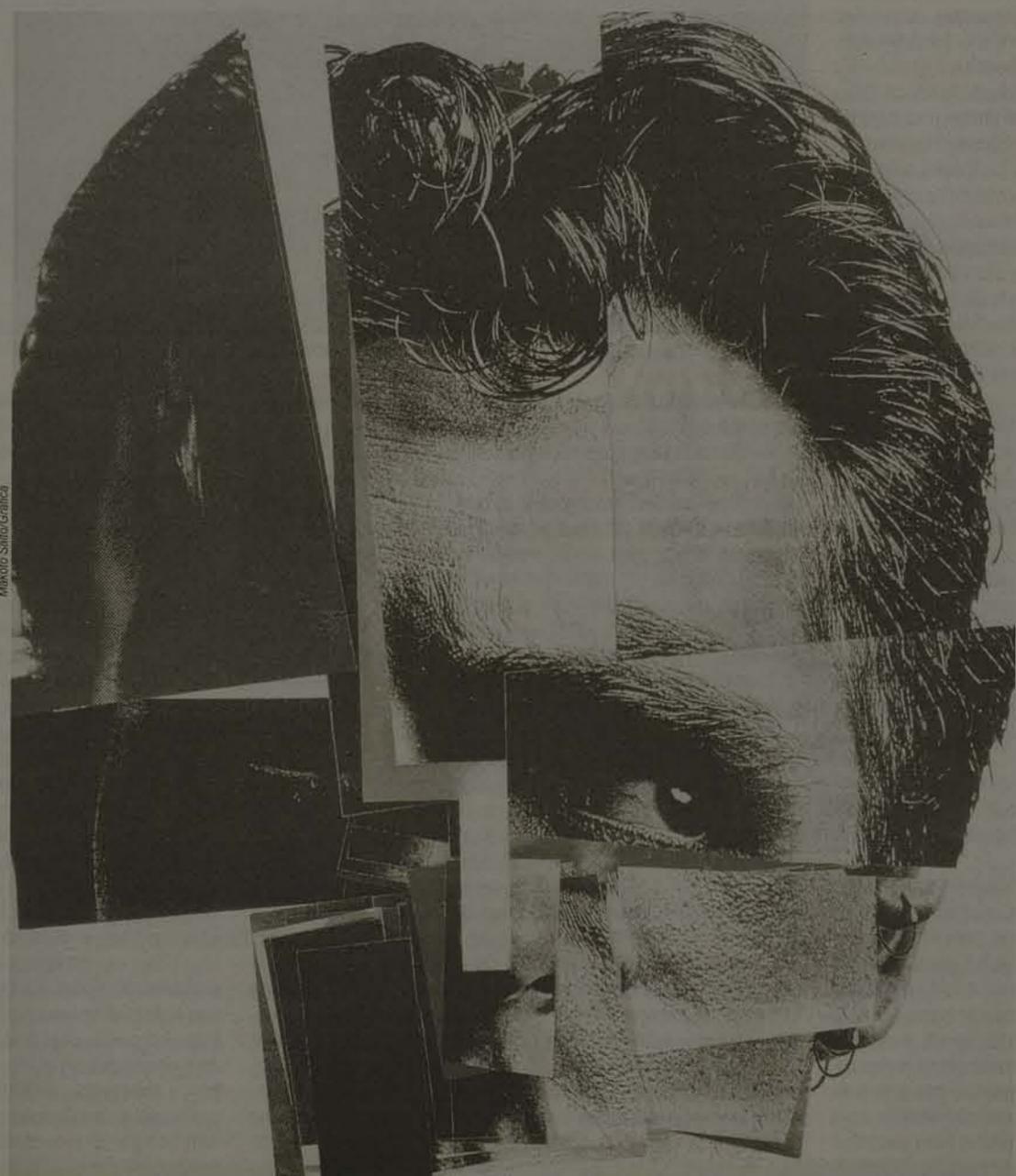
Comissões garantem acesso - Caso o PDL seja aprovado, voltará a valer o decreto 2.134 de 1997, também de autoria de FHC, que estipula o prazo máximo de sigilo de acordo com a lei - 30 anos, prorrogáveis por uma única vez. Essa legislação também determina a criação de Comissões Permanentes de Acesso em todos os níveis da administração pública, que deverão cuidar do "acesso pleno aos documentos públicos". As Comissões deverão organizar os papéis sigilosos do Estado e "analisar, periodicamente, os documentos sigilosos sob custódia, submetendo-os à autoridade responsável pela classificação, a qual, no prazo regulamentar, efetuará, se for o caso, sua desclassificação".

Quando vencer o prazo de sigilo, as Comissões deverão publicar no Diário Oficial uma relação dos documentos desclassificados. Assim, a cada seis meses todos os brasileiros poderão conhecer esses documentos e requisitar o que desejarem nos órgãos públicos. Mas ainda ficará faltando a fixação de prazos para esse atendimento e a criação de punições para os agentes públicos que descumprirem as regras. Esses dispositivos estão incluídos em um projeto de lei de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Ajustes - O Projeto de Lei nº 219 regulamenta o inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição e normatiza o exercício do acesso à informação pública, estabelecendo recursos e definindo as informações acessíveis. Apresentado em fevereiro, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Com parecer favorável do relator, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), o projeto será analisado na CCJ.

O projeto é inspirado em experiências internacionais, mas ainda não especifica como será na prática o acesso aos documentos públicos. Nas últimas décadas, mais de 70 países aprovaram ou propuseram leis de regulamentação do acesso às informações públicas. Exemplos de sucesso, como a Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act*), nos Estados Unidos, e a recente Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública, no México, entraram no relatório. Em alguns países que já adotaram leis similares, cada órgão público é obrigado a criar uma espécie de guichê ao qual qualquer pessoa pode se dirigir para fazer sua solicitação. Há prazos para o documento ser fornecido e previsão de punição para o agente público que desrespeitar a norma.

Cynthia Andruchak



“Tive dois lances de azar. Uma vez atendi um telefonema e me deparei com um seqüestro, outra vez com o azar do senador achar que eu ia engolir aquela história de grampo numa boa”

Protagonista de mais uma discussão a respeito do *off the record* no jornalismo, o repórter de política Luiz Cláudio Cunha foi aplaudido por uns e vaiado por outros, ao quebrar o sigilo dos “grampos” da Bahia no início do ano. Cunha deixou de ser repórter e passou a ser fonte, quando revelou que o senador Antônio Carlos Magalhães estava envolvido no maior caso de “grampo” da história do país. Passados alguns meses do escândalo, o jornalista revela que a decisão de quebrar o *off* foi exclusivamente sua e em que nenhum momento houve intervenção da direção da revista *IstoÉ*.

Aos 52 anos de idade, ele acredita que os seus 33 anos de experiência no jornalismo contribuíram para que a sua credibilidade não fosse afetada depois da matéria que denunciou ACM. Cunha começou a trabalhar como jornalista em 1969, quando tinha 18 anos e, com apenas 21 assumiu a sucursal da editora Abril em Porto Alegre. Hoje é editor de política da revista *IstoÉ* e já trabalhou na revista *Veja*, no jornal *Zero Hora* e no *O Globo*, entre outros. Em entrevista exclusiva concedida ao *Zero* na sua passagem pela *III Semana de Jornalismo* da UFSC realizada em novembro, critica a surpreendente dificuldade de diálogo da imprensa com o governo Lula, resgata sua experiência na cobertura do seqüestro dos uruguaios, do mensário gaúcho *Coojornal* e retoma o debate sobre a ética no jornalismo.

Zero – Como você chegou na editoria de política da revista *IstoÉ*?

Luiz Cláudio Cunha – Eu fui convidado no ano passado, quando eu trabalhava com o senador Pedro Simon (PMDB-RS), no Senado. Eu era assessor político dele. Aí o Tales Faria, com quem eu tinha trabalhado no *O Globo*, há dois anos, quando era editor de política do Ricardo Boechat (quando ele ainda era do *O Globo*) me chamou. Lá eu trabalhava com o Tales também. Nós sempre fomos amigos e tal, e aí pintou uma vaga na sucursal (da revista *IstoÉ*, em Brasília) e o Tales me ligou e perguntou se eu não queria voltar. E jornalista sempre volta pra cachaca, né? Então não tem jeito...é o vício incorrigível. Aí eu fiquei feliz da vida com o convite porque por mais que seja legal trabalhar com o Pedro Simon, que é um paradigma de honestidade e moral na política brasileira e amigo meu há mais de 30 anos, eu gostei muito do convite e da chance de voltar a trabalhar com jornalismo, porque o bom mesmo dessa profissão é ser repórter. Embora o meu cargo seja de editor, na verdade, como todos nós lá, eu sou mais um repórter que fica todo dia garimpando notícia.

Z – Comparando com as outras editorias em que você já trabalhou, a de política é a que você mais gostou?

LCC – Na verdade quando se está em Brasília, a política é uma fatalidade. Tu acabas caindo muito nisso, porque tu cobre muito política e economia, porque são os dois centros de poder, onde as grandes decisões nacionais nessas duas áreas são geradas, então é inevitável. E eventualmente tu podes fazer uma matéria de meio ambiente e tal, mas isso tudo tem um viés político. Quando vai fazer uma matéria sobre transgênicos ou sobre a Marina Silva debatendo dentro do PT com o seu histórico, você está discutindo uma essência política. Então tu acabas fazendo política sempre, mesmo que seja uma matéria de meio ambiente ou esporte. Então é uma coisa meio natural. Tu morando em Brasília não tem como fugir da política.

Z – Fazendo uma comparação da editoria de política com as demais, a relação do jornalista com as fontes nessa área é mais difícil? É complicada em função dos interesses envolvidos?

LCC – Não, eu acho que é como em qualquer outra. Se for fazer uma matéria sobre futebol brasileiro, você vai ter que ter relações com os cartolas, com os treinadores, com os jogadores para poder ter uma matéria bem apurada. Acho que na política só muda o uniforme. No futebol o pessoal está vestido de calção e camiseta e na política o pessoal tá de terno e gravata. Agora, a relação com a fonte é a mesma. É uma relação um pouco de confiança, um pouco de intimidade a ponto de ela te passar as informações relevantes, te dar um quadro preciso pra te permitir aprofundar as pautas que sejam exclusivas, que tenham uma abordagem diferente, escritas de forma agradável para atrair lei-

tores. Acho que essa é a velha fórmula, que serve para qualquer jornalismo em qualquer parte do mundo.

Z – Você já passou por alguma situação embaraçosa, por exemplo, algum político tentou te subordinar ou pediu para não publicar alguma informação?

LCC – Não. Se pediu, eu esqueci e fiz que não ouvi. Mas nunca passei por essa situação. Nem nesse caso do grampo. Quero até ser justo com o ACM [senador Antônio Carlos Magalhães]. Em nenhum momento ele me ligou ou pra me intimidar ou pra pedir ‘por favor, pelo amor de Deus...’ Quem fez isso foi o assessor dele, o César Mesquita que me ligou no dia em que ficou clara a decisão minha e da revista de abrir o *off the record* de contar que o grampo tinha sido feito e entregue a mim pelo senador e que ele tinha me dito aquela frase: “Eu mandei grampear o Gedel [Viera Lima]”. Nesse dia o Mesquita me ligou e disse: “É um absurdo, uma loucura o que você vai fazer. Você vai quebrar o *off*, ninguém mais vai querer falar em *off* com a *IstoÉ* se você fizer isso”. E eu disse: “Negativo, ninguém mentiroso e criminoso e esse tipo de fonte, em *off* não quero, ninguém quer.

a convivência da ditadura argentina, seqüestravam as pessoas e matavam. A primeira vez que eles fizeram isso no Brasil, foi com a Lílían e com o Universindo, só que o Brasil não era a Argentina. O Brasil já tinha uma efervescência política, já tinha uma imprensa mais crítica, já tinha um sindicalismo nascente, o Lula já era um líder operário importante no ABC, já havia entidades de direitos humanos atuantes no Brasil, a igreja já era uma entidade muito forte que denunciava torturas. Então havia todo um clima para denunciar esses exageros. E os militares uruguaios pelo jeito, não liam jornal, porque acharam que iam fazer uma traquinagem dessa no Brasil, era a mesma coisa que fazer em Buenos Aires. Então eles mandaram o exército uruaio a Porto Alegre para seqüestrar a Lílían e Universindo e as crianças. Levaram eles para o Uruguai. No meio da viagem, a Lílían teve uma idéia: “Eu vou dizer que vou fazer um contato importante em Porto Alegre, e eles vão voltar para pegar essa pessoa lá”. Na verdade, ela apostava que alguma coisa ia acontecer para notar o desaparecimento dela. E foi o que aconteceu. Os amigos dela que estavam em São Paulo ao notarem que ela tinha desaparecido, liga-



Cunha larga a assessoria de Pedro Simon e aceita convite da *IstoÉ* para cobrir política em Brasília: “O bom mesmo é ser repórter”

Nós vamos abrir, porque é uma informação relevante, que não tem como segurar”.

Z – E você já foi ameaçado?

LCC – Não, nunca. E se fosse, seria uma burrice, porque assim como eu sou língua grande e falastrão, se alguém tivesse a ousadia de me ligar para me ameaçar, ia sair o tiro pela culatra, porque aí ia ficar pior ainda, porque na mesma hora eu ia denunciar. Todo mundo sabe que eu não sou um sujeito de me acomodar com qualquer tipo de intimidação. Não fizeram isso agora, não fizeram nunca e acho que não vão fazer jamais.

Z – Como foi o caso Lílían Celiberti e Universindo Dias em sua carreira?

LCC – Esse é o chamado caso de seqüestro dos uruguaios. Era um casal de uruguaios com seus filhos, que moravam em Porto Alegre, no final dos anos 70, em plena ditadura. O Uruguai vivia uma ditadura muito violenta. E o que eles [Lílían e Universindo] faziam? Eles não eram da guerrilha armada, não eram terroristas nem nada, eles eram apenas exilados. Uruguaios dissidentes do regime, da esquerda, é claro. A função deles era receber informações sobre a repressão no Uruguai e repassar essas informações para os órgãos de direitos humanos da Europa e Estados Unidos e para a ONU principalmente. E o que a ditadura uruguia fez? Ela começou a ficar muito irritada com a ação da Lílían e do Universindo e, naquela época, eles tinham o péssimo hábito de seqüestrar dissidentes no exterior e matar. Eles fizeram isso muito na Argentina. Até porque era fácil: atravessavam o Rio da Prata, iam a Buenos Aires e com

ram para alguns jornalistas, e eu fui um deles. E tive o azar deles terem ligado primeiro para mim. Quando recebi o telefonema, fui lá no apartamento. Tava lá a Lílían e fui recebido com dois meganhas na porta, com um revólver apontado para a minha testa. Fomos levados para dentro [ele e o fotógrafo do J.B. Scalco], revistados e quando viram que nós éramos jornalistas e não os uruguaios que eles esperavam, eles entraram em pânico. Mas nos liberaram e nós saímos dali. Eles fugiram com ela para o Uruguai. Só que dessa vez, foi o seguinte: 180 uruguaios foram seqüestrados e mortos no exterior. Só dois foram seqüestrados no Brasil e só dois sobreviveram, que foram a Lílían e o Universindo. Graças à denúncia da imprensa brasileira e com o fato de eu ter estado lá, eles não puderam matar nem a Lílían, nem o Universindo e nem as crianças. Então, foram as únicas pessoas que sobreviveram a essa caçada que a ditadura uruguia fazia no exterior. Isso é uma coisa que me enche de orgulho, porque diretamente ou não, a gente ajudou a preservar a vida dos dois. Hoje eles são meus amigos. E com isso a gente denunciou uma convivência vergonhosa na época da ditadura brasileira com a ditadura

uruguia. Na época da Operação Condor, quando eles chamavam tudo isso de uma porcaria só, os militares dos dois lados da fronteira, todos com o mesmo interesse de preservar o mundo do comunismo. Só que com isso atropelavam os direitos humanos, a soberania nacional. Não poderia nunca o exército uruaio entrar legalmente no Brasil para prender cidadãos aqui. Tem que passar isso através de pedidos formais. Por pedido de

“Por mais arbitrária e sangrenta que seja a ditadura, ela acaba fracassando”

extradição, que é o quê? O governo do país comunica ao governo do outro, ele notifica ao Supremo, que manda a Polícia Federal prender, a polícia prende e deporta legalmente. Isso é uma operação em países civilizados. Do jeito que eles fizeram, foi uma travessura de ditador, de polícia de terceiro nível. Como a gente esteve no meio dessa operação e testemunhamos isso, expusemos o fiasco da operação e o Brasil ficou constrangidíssimo com essa história. Eles sobreviveram, foram os únicos de 180 encontrados vivos. Depois, com a democracia aqui no Brasil, não só o governo do RS indenizou a Lillian e o Universindo, como o governo do Uruguai, quando voltou a ser uma democracia, também os indenizou. Ou seja, resumindo a história, a luz acaba sempre predominando sobre a treva. Por mais que a ditadura seja tenebrosa, sangrenta, arbitrária, ela acaba fracassando diante do avanço da sociedade e da democracia, que é uma coisa irremediável.

Z - Com que idade você assumiu a direção da sucursal da Abril em Porto Alegre?

LCC - Ih, eu era uma criancinha. Comecei a trabalhar com o jornalismo em 1969, eu tinha 18 anos, na *Folha de Londrina*, no Paraná. Ai em 70 eu fui pra *Zero Hora*, onde fiquei por dois anos e virei repórter especial. Então o Paulo Totti, que na época chefiava as sucursais da *Veja*, me chamou para ser repórter da sucursal da *Veja* em Porto Alegre. Quando o Totti foi para São Paulo em 1972, eu assumi a sucursal da *Veja*. Tinha, portanto, 21 anos. Praticamente uma criança (risos).

Z - Caco Barcelos disse que quando entrevistava os traficantes do morro Dona Marta para escrever *Abusado*, pedia para que os criminosos não contassem nada sobre o que iriam fazer no futuro, que para ele só inte-

produto bem feito, coerente, de qualidade. O que vale para o marceneiro vale pro jornalista, porque é a ética do cidadão. Então nós devemos fazer o que é certo pra coletividade da sociedade, pra verdade, pra consciência e pra justiça. E quem é contra isso aí é contra a ética do cidadão. Não é um privilégio do cidadão. Então, quando o Caco fala isso, eu acho que ele tem toda a razão. Quando eu resolvi quebrar o *off* do ACM eu estava agindo muito mais como cidadão do que como jornalista. Por acaso, como eu era jornalista e estava quebrando o *off*, desatou essa discussão ética no meio da nossa categoria. E eu acho que foi uma discussão muito saudável porque hoje a gente tem essa coisa mais clara. Por conta dessa discussão de que o *off* não pode ser uma ferramenta que nos aprisiona, que é uma ferramenta que a gente usa pra capturarmos a verdade, não pode ser um inibidor da nossa ação como repórter. Então, se o senador achou que com o *off* eu ia me enjaular, ele estava equivocado. Porque a minha ética como cidadão era mais forte naquele momento, do que a minha ética como repórter.

Z - Você acredita que exista mais parcialidade por parte dos jornalistas na área de política do que em outras?

LCC - Não. Acho que isso é um perigo que pode existir em qualquer área. Você pode ser muito parcial com o futebol. Você pode ser um repórter muito parcial em favor do Figueirense prejudicando o Avaí, prejudicando o Criciúma. Você pode ser muito parcial na economia, defendendo uma empresa multinacional e

“Ser parcial é um perigo que existe em qualquer área. Na economia ou no futebol”

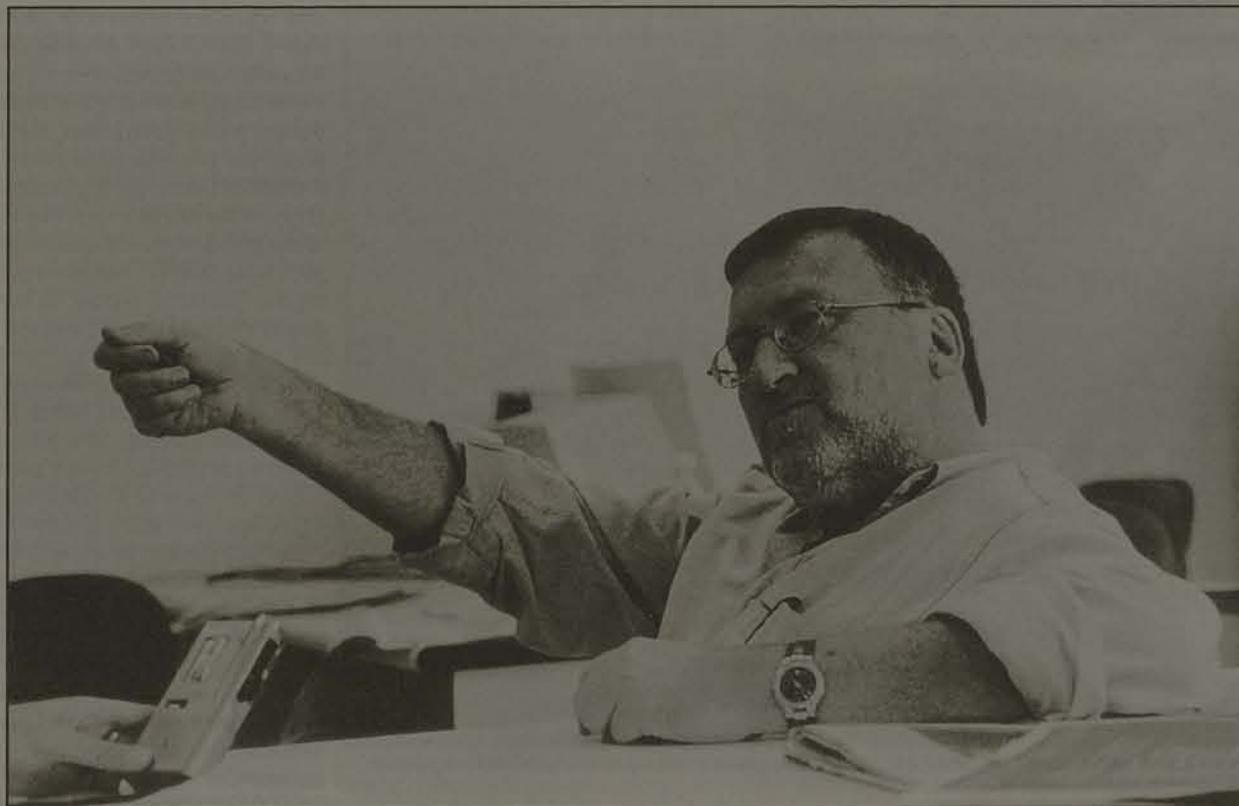
mais eu iria falar. Eu falo toda semana, com *off* ou sem *off*, matérias que são importantes com políticos, com não-políticos, com empresários, gente da justiça, juízes e o *off* é usado sem exagero, sempre que eu acho que é importante para me ajudar a perseguir uma informação. Não senti nenhum efeito, nenhuma dificuldade a partir dessa matéria com as fontes que já conversaram comigo. Ninguém se afastou, ninguém ligou pra dizer ‘Luiz Cláudio, a partir de agora você é um canalha, quebrou o *off*. Os senadores estão te abandonando’. Nada disso. E eu acho que as pessoas perceberam bem a circunstância que levaram a esse desfecho e ninguém partiu para essa retaliação que eu acho que seria uma reação burra. Eu acho que continuo sendo muito bem tratado por todo mundo e continuo convivendo bem.

Z - Comentaram que a decisão de revelar o *off* foi da revista *IstoÉ*, mas você disse que a decisão foi sua. Esclareça isso, por favor.

LCC - A questão é a seguinte, acho que o *off* em qualquer órgão, não só na *IstoÉ*, em qualquer outra revista, qualquer jornal, qualquer rádio, qualquer país do mundo, é sempre uma decisão solitária do repórter. Por exemplo: se eu quiser tomar uma decisão de abrir um *off* e o meu editor me proibir, ele não consegue fazer isso. O que ele pode fazer é me demitir. ‘Ah, você abriu o *off* então você está na rua!’ Tô na rua e coloco o meu *off* na revista do lado, na revista concorrente! Da mesma forma, se eu não quiser abrir o *off*, não há editor e chefe de redação que me faça abrir o *off*, porque é uma decisão minha. ‘Mas eu tô te mandando abrir o *off*’. Não. Está mandando não, eu estou me demitindo e você não vai abrir. E não abro o *off* e ainda vou dizer lá fora que você está me obrigando a abrir. Isso tudo pra dizer que é uma decisão solitária do repórter. O que eu acho que não é nenhum privilégio, isso é até um fardo. No caso do ACM foi o seguinte: a revista em nenhum momento me compeliu a abrir ou não abrir. Pelo contrário. O Tales Faria me chamou depois de ter recebido o diretor da Polícia Federal, o delegado Paulo Lacerda, com a informação de que tinha sido aberto um inquérito formal a partir da denúncia do Gedel Vieira Lima e já tinham identificado que o grampo foi feito dentro da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e já tinham identificado até o rapaz que fez o grampo. A partir daquele momento, havia um inquérito formal que mudou toda a ótica da questão e o ACM deixou de ser fonte para virar o alvo. Naquele momento o que o Tales fez foi o seguinte, ele disse – ‘Cláudio, eu quero aqueles documentos, aquele grampo que você tem lá na gaveta. Na verdade o Paulo Lacerda acabou de confirmar pra gente que aquilo é um grampo usando aparato do estado da Bahia e é um grampo que envolve 232 telefonemas e é uma coisa monumental. E ele te entregou em *off*, é uma decisão tua e você pensa no que você quer fazer’. Em nenhum momento ele disse ‘faz ou não faz’. Daí eu fiquei me remoendo, porque a minha primeira aversão foi uma aversão natural defensiva de que aquilo é *off*. E aos poucos foi caindo a ficha e eu comecei a me dar conta de que não é *off*. Na verdade não tô lidando com uma fonte que merece o privilégio do *off*. O *off* é uma homenagem que o jornalista dá a uma fonte que te ajuda na busca da verdade. Portanto o *off* não pode ser usado pra proteger o crime. E a partir da decretação do delegado da polícia federal, diretor da maior polícia do país, que tem sete mil homens no país inteiro. E diz que ‘Identificamos o grampo’, a partir daquele momento fica configurado um crime. Eu não tinha como manter aquilo em sigilo, sob pena de virar cúmplice de uma operação que está sendo investigada oficialmente. Daqui a pouco o senador é chamado para depor e eu viro cúmplice no silêncio dele. Eu abri por decisão minha, pessoal e individual. Porque ninguém teria forças nesse mundo, nem a revista, nem minha mãe, nem minha mulher, nem meu filho para dizer: ‘abre ou não abre’. Eu abri porque eu achei que era minha obrigação como repórter e mais do que isso, obrigação como cidadão. Eu não queria ficar misturado com esse povo que comete esse tipo de falcatura.

Z - Você também disse que espera que essa tenha sido a única vez que teve de revelar o *off*. Por quê? Se acontecesse novamente faria diferente?

LCC - As pessoas podem achar que eu sou maluco, que eu tenho o hábito muito estranho de gravar todo mundo e de abrir tudo o que é *off*. Eu tenho



Elogia a visão crítica da guerra do correspondente inglês Robert Fisk: “Ele não cai no oba-oba da imprensa americana e britânica”

ressava o que eles já haviam feito. Porque se eles contassem que iriam matar alguém, por exemplo, ele seria obrigado a revelar para a polícia, pois antes de ser jornalista, ele é cidadão. Você concorda com isso? Na política também é assim?

LCC - Concordo plenamente com o grande Caco, meu amigo. Acho que o caso do ACM é a prova disso. Eu agi como cidadão mais do que como jornalista. Se eu fosse meramente um jornalista preso a esses dogmas da profissão: ‘Ah, *off* não pode quebrar, é como um segredo de confessor culpado’, eu acabaria ficando cúmplice do senador, assim como o Caco ficaria cúmplice do traficante se soubesse que ele iria assaltar um banco, que ele iria matar aquela pessoa ou essa e não fizesse nada. Acima da nossa ética de jornalista existe a ética do cidadão. O fato de eu ser um jornalista não me diferenciava nada de um médico, arquiteto, engenheiro, professor. Todos nós temos a ética do cidadão. Que é a ética da consciência e do compromisso com o que é certo e não, com o que é errado. A desculpa de ser jornalista não me dá o direito de ‘ah como cidadão eu não poderia admitir, mas como jornalista eu tinha como segurar o *off*, impedir’. Isso é um subterfúgio, é um sofisma pra fazer engolir um coisa que é inadmissível do ponto de vista ético como cidadão. O Cláudio Abramo que é um grande jornalista, responsável pela modernização dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, transformou a *Folha* de um jornal reacionário para o que defendia as eleições diretas e que depois virou o grande jornal do meio acadêmico brasileiro. O Cláudio Abramo dizia o seguinte ‘não tem essa coisa de ética do jornalista. A minha ética é igual à ética do marceneiro’. Qual é a ética do marceneiro? É fazer um

sendo parcial contra uma empresa nacional ou vice e versa. O risco que você tem de ser tendencioso, parcial e, portanto não pegar todos os dados da questão, jornalisticamente falando, existe em qualquer área. Na matéria de cultura você pode ser parcial em relação ao último disco da Maria Rita [filha da Elis Regina] de achar que ‘ah, quem já não gosta de Elis Regina, essa Maria Rita canta igual a ela’ e acaba sendo uma coisa parcial. Não está julgando Maria Rita pelo o que ela tem de valor como cantora. E é uma “baita” cantora. Adoro a Elis e adoro ainda mais a Maria Rita. Então isso é um perigo que todo mundo corre. Eu acho que nós temos que estar sempre atentos em relação a isso.

Z - Com relação ao *off* the record revelado no caso do ACM, como ficou a sua relação com ele depois do episódio?

LCC - Com ele, nenhuma relação. Nunca mais voltei a falar com ele. Ele nunca me ligou, eu nunca liguei pra ele. Por razões óbvias eu acho que ele não me atenderia. Não temos relação nenhuma. Ele não me incomoda, eu não incomodo e não preciso dele. Ele também não precisa de mim. Nós vivemos nossa vida independente. A minha relação com os outros políticos de Brasília não mudou em nada, apesar da praga do assessor do ACM dizendo que nunca

*“As pessoas podem achar que eu sou maluco, que tenho o hábito muito estranho de gravar todo mundo e de abrir tudo quanto é *off*. Tenho 33 anos de profissão, essa foi a primeira vez que abri o *off*”*

33 anos de profissão e foi a primeira vez da minha vida que eu abri um *off*. No seqüestro dos uruguaios, que era em plena ditadura do AI-5 eu fiquei durante um ano no rabo da polícia, perseguindo. Os policiais estavam lá no apartamento para provar a participação dos agentes brasileiros do DOPS em conluio com o exército uruguaio dentro do território brasileiro, pra fazer uma operação ilegal de seqüestro dos uruguaios que estavam aqui.

Apesar disso, muita gente, naquela época, me ajudou. Eu nunca abri *off* nenhum. Todos eles me ajudaram a perseguir os criminosos que eu sabia de que lado que estavam. Nesse caso, quando eu digo isso, foi a primeira vez e eu espero não ser obrigado a abrir outro *off*. Eu acho que não é agradável quebrar *off*, não quero ser conhecido como o cara que quebra *off*. Eu quebrei numa situação limite, numa situação que exigia esse tipo de atitude sob pena de ser conivente e cúmplice de um crime. Agora, eu não pretendo quebrar outro *off*. Eu não gostaria de passar por essa situação de novo, porque é uma decisão difícil que envolve muitas pessoas, envolve abordar e colocar gente como o senador, por exemplo, diante desse tipo de situação que não é uma situação agradável, é uma situação que eu não pude evitar. Mas se perguntar se eu tive prazer com isso, eu não sou sadomasoquista para ter prazer nesse tipo de coisa. É uma situação complicada. Passar cinco horas depondo na comissão de ética do senado é uma operação muito complicada, com toda a televisão ligada, com toda a imprensa brasileira ali te ouvindo. É uma situação constrangedora, mas são coisas que a gente tem que fazer pra cumprir a função como cidadão, mas não é uma coisa que eu gostaria de repetir. Acho que esse episódio foi didático sob muitos aspectos, foi didático para os jornalistas discutirem essa questão do *off* e foi didático para esses políticos que acham que podem enganar jornalistas cometendo crimes e querendo trazê-los para sua proximidade tentando engambelá-los com essa idéia de que pelo simples fato de saberem disso aí já são parceiros. Nós só podemos nos indignar contra isso.

Z - E se no seu lugar quem tivesse revelado o *off* fosse um repórter jovem, novo no ramo, sem experiência e reconhecimento como você, qual seria o seu conselho? Não acha que isso arriscaria a credibilidade do repórter?

LCC - Acho que talvez fosse diferente. Porque, primeiro, eu acho que para você enfrentar uma situação dessas, com um político dessa biografia, com esse peso que tem o ACM, tem que ser um pouco casca grossa. Eu acho que se eu fosse um repórter iniciante talvez não tivesse estrutura psicológica e certamente não teria credibilidade para confrontar o senador. 'O iniciante, o foquinha! Esse guri começou ontem, maluco, tá querendo se promover às minhas custas, tá querendo publicidade, notoriedade!' No meu caso, eu não poderia jamais dizer isso, porque eu não preciso disso. Ele sabe! Eu fiz o meu trabalho. Certamente, se eu fosse iniciante, talvez a minha denúncia caísse no vazio. Talvez o próprio veículo que eu trabalhasse como iniciante, como foca, não me desse o respaldo que eu tive agora, porque eu tenho toda uma vida, eu tenho uma biografia que ninguém pode atacar. Então o que me dá mais estrutura, mais credibilidade para resistir a uma briga de cachorro grande, para enfrentar ACM no seco, talvez um foca tivesse mais dificuldade. No meu caso, fica mais fácil porque as pessoas me conhecem e sabem que eu jamais faria uma coisa dessas. Muita gente não entende porque o Antônio Carlos Magalhães me entregou os documentos sabendo que era eu mesmo, já não sou um foquinha, eu sou um jornalista veterano. Eu não sei responder essa pergunta, 'porque que ele me entregou', mas entregou e fez uma grande bobagem.

Z - Que características deve ter e qual o perfil adequado para o repórter de política?

LCC - Acho que serve para repórter de política e para qualquer área, não é uma fronteira delimitada do jornalismo. Eu acho que o repórter, primeiro, tem que ser um sujeito trabalhador, incansável, tem que trabalhar muito, tem que ter leitura no sentido de que quando vai sentar para escrever, se tu tens um livro em mente, as palavras saem com bastante dificuldade. Se tu tens dez livros, elas saem com mais facilidade, se tu tens cem livros, mais ainda, porque a cabeça vai armazenando as palavras e na hora de usar essa reserva de texto elas fluem naturalmente, então teu texto fica melhor. Então, lendo os mestres de jornalismo, lendo os grandes livros, lendo história, você aprende como é que o ser humano reage, como é que ele age, como é que ele compreende, como é que ele aprende as coisas, então fica mais

"Meu medo: a imprensa perca na briga pela rapidez e não pela qualidade"

fácil entender o mundo. Um repórter com leitura certamente tem mais condições de reagir a circunstâncias do repórter que não lê. Eu acho que ele precisa circular, ter persistência, ter uma certa malícia, para não ser ingênuo, a ponto de se emocionar com uma fonte mais simpática e ficar agradecido por que ganhou um grampo de mão beijada, de graça. Depois você vê 'Pera! O cara foi bonzinho ou na verdade ele foi um bandido que auto confessou um crime?'. Ele tem que ter essa malícia pra perceber se está sendo usado, se ele serve a ele ou ao leitor. Ele tem que ter muito presente sempre isso. Onde você esteja, jornal, rádio televisão, qualquer lugar, o seu destinatário final vai ser sempre o leitor e vai ser a sociedade e a opinião pública. Tem que trabalhar sempre com a verdade, tem que ter integridade e acho que tem que ter sorte ou azar. No meu caso, dois lances de azar. Uma vez atendi um telefonema e me deparei com um seqüestro na minha cara, e outra vez me deparei com o azar do senador achar que eu ia engolir aquela história de grampo numa boa. Eu acho que precisa de tudo isso. O Cláudio Abramo tinha uma frase que acho fantástica, que resume um pouco para todos nós repórteres iniciantes ou focas, experientes ou não, de política ou não, em Brasília, em Florianópolis. Ele disse: 'Jornalismo é a prática diária de inteligência e o exercício cotidiano do caráter'. Acho que a gente tem ser inteligente e tem que ter caráter. Se for só inteligente e mau caráter, você vai ser um péssimo jornalista. Se você só tiver caráter e não tiver inteligência, você vai ser um mau repórter. Você tem que



Fui recebido por dois meganbas e um revólver na minha testa. Quando viram que era um repórter entraram em pânico...

juntar as duas coisas, saber que você tem que exercer sua profissão com capacidade, discutindo, com consciência, com inteligência, mas ao mesmo tempo ter um caráter de saber que é uma coisa que tem repercussão na sociedade, na sua cidade, no seu estado e no seu país. Se ele tiver isso presente, nessa frase do Cláudio Abramo, eu acho que você será um belo repórter.

Z - Você poderia recomendar algum livro sobre jornalismo?

LCC - Isso é fácil, dou na lata: Essa trilogia, do Élio Gaspari, que na verdade são cinco, está saindo o terceiro agora, *Ditadura derrotada* que é o terceiro volume de outros dois que são *Ditadura Envergonhada*, explosão do golpe de 64 e *Ditadura Escancarada* que é o mergulho do governo Médici na repressão. Eu acho que esse é um trabalho fantástico para qualquer jornalista, qualquer repórter, por duas coisas: primeiro, porque o Élio Gaspari, considero o melhor texto da imprensa brasileira, ele tem uma capacidade de escrever de uma forma bem humorada, crítica, contundente como ninguém mais tem. Então os livros dele são livros que são a alma do jornalismo, porque mostram apuração, organização de idéias, o sentido de conjunto da obra, mostram que tem uma tese por trás que é o fio condutor da

"O repórter tem que ter persistência e uma certa malícia, para não ser ingênuo"

história e mostram uma precisão de detalhes, uma transpiração na apuração que é exemplo para todo mundo. Este livro é o produto de 18 anos de apuração dele. Nesse meio tempo ele ficou amigo do Ernesto Geisel, fez entrevistas e trabalhos com ele. Ele recebeu as fitas gravadas do período dele quando era presidente, ele recebeu arquivo do Golbery que ficou fonte dele também, ele recebeu o diário do Heitor Ferreira que era assessor do Gol-

bery. É o conjunto do trabalho de um repórter que ao longo de todo esse tempo acabou pegando esse conjunto de evidências e transformou numa obra histórica da imprensa brasileira. Mais do que isso, é uma obra de resgate histórico porque não é só o trabalho do repórter, é o trabalho do garimpeiro da história. O que é uma das funções que o jornalista tem, que é de iluminar os setores de sombra da história, aqueles episódios pouco esclarecidos, aquelas histórias mal contadas, daí ele vai com aquele faro de repórter, e resgata a história e ilumina esses vãos escuros da história e revisa a história e muda a história. O general Ernesto Geisel apesar de ter sido confidente e amigo dele, nesse terceiro volume tem uma revisão histórica devastadora. Até então a imagem que nós tínhamos era do general Ernesto Geisel contra ao general Médici, que era a face mais dura da ditadura. O Geisel como homem que demitiu o ministro Sílvio Frota do Exército, que era linha dura, que demitiu o general que tinha criado o DOI CODI de São Paulo, onde morreram Manuel Fiel Filho e o Vladimir Herzog, então era um homem bonzinho. E nessa revisão calçada com documentos que o próprio Geisel passou pra ele, o Élio sem perder isso, mostrando que sua tarefa como repórter tem mais poder do que sua tarefa como amigo do Geisel, revelou ao país que na verdade o Geisel também mandava, queria que matassem, defendia o extermínio. Então, esse trabalho é um trabalho exemplar. Se alguém não tiver nada pra ler, compre correndo esses três volumes e leia. Um outro livro que eu também acho fantástico, é o livro chamado *A primeira vítima* do inglês que se chama Philipe, que é a história dos correspondentes de guerra, quem vem desde a guerra no século XIX. Fala do primeiro grande jornalista inglês chamado Roussel, correspondente, e

vem até a Primeira Guerra, à Segunda Guerra, Vietnã, onde ele mostra com aquela frase famosa de um senador americano dizendo que 'Quando começa uma guerra a primeira vítima é sempre a verdade' porque numa guerra você mente muito, por isso o título do livro é *A primeira vítima*, que é a verdade. Os guerrilheiros têm uma pressão muito grande dos comandantes militares da região pra sempre vender o peixe que interessa mais, na hora de escrever uma batalha, uma guerra e o correspondente de guerra tem que estar sempre acima disso para ele contar a verdadeira história. Então, esse livro além de ser fantástico do ponto de vista histórico, é maravilhoso do ponto de vista jornalístico, porque você lê numa 'sentada', é um livro gostoso de ler, que não dá trabalho nenhum, que não se consegue parar, que fica acordado até de madrugada para ler. É um livro imperdível, leia se puder!

Z - Em sua opinião quais são os melhores repórteres da atualidade? Onde estão no Brasil e no mundo?

LCC - No Brasil, o Caco Barcellos, acho ele um belíssimo repórter. Eu gosto muito dele. O Amaury Ribeiro Júnior, meu colega lá na *IstoÉ* que levantou a história do Silveirinha e a história da CPI do Banestado, do desvio de 30 milhões de dólares, tudo descoberto via Amaury, grande repórter, eu gosto muito dele. O Ricardo Kostcho, que foi responsável pela matéria que ganhou o Prêmio Esso no *Estadão* dos anos 70, com reportagem das chamadas mordomias do governo Geisel, e é um trabalho de investigação. O Kostcho, que hoje está no lado de lá, ele é assessor de imprensa do presidente, é um belíssimo repórter que fez essas matérias históricas. É difícil falar isso porque a gente comete injustiça, tem tanta gente fantástica lá na sucursal. Trabalha comigo o Weiller Diniz como repórter, trabalha a Sônia Filgueiras, Leonel Rocha... então, pra gente falar assim de repórteres de outros lugares a gente esquece muita gente e tem muita gente boa. Do mundo eu cito um, o correspondente Robert Fisk, que é um sujeito que tem uma visão muito crítica da guerra, inclusive que não cai no "oba-oba" da imprensa britânica e americana de elogiar a coalizão Bush e Blair e consegue ir a Bagdá criticar a posição inglesa, vai à Palestina e crítica Israel, vai a Israel e crítica Israel. Eu acho que o Fisk tem uma postura muito corajosa e escreve de forma maravilhosa. É um modelo de texto.

Z - Em comparação com o governo anterior, como é a relação do atual com a imprensa?

LCC - Eu acho que piorou. É estranho isso, porque nós mesmos estamos surpresos com essa relação, porque está todo mundo sentindo uma certa dificuldade de corbetura dentro do PT. Eu acho que a dificuldade não é da imprensa, é do PT mesmo, porque o PT no poder está com uma certa dificuldade, as pessoas têm certo medo de falar com jornalistas. E o PT que era tão próximo da gente quando oposição, que sempre nos procurava, sempre nos esclarecia as coisas, que sempre es-

cancarava as suas posições, quando chegou ao poder ele ficou mais compelido, mais na defensiva, não sei se por medo de desagradar o Lula, ou o próprio palácio, mas a gente percebe um certo receio no trato com os repórteres. Isso é uma coisa que não é dita de forma muito clara, mas a gente conversa entre nós em Brasília e todo mundo chega um pouco a essa conclusão. Eu não sei a troca do que, eu acho que não é uma decisão fechada, uma ordem, uma diretriz, uma MP [Medida Provisória] do governo Lula, é uma coisa meio na alma do PT que tem uma disciplina partidária muito forte. O partido que quando vira poder, vira ministro, vira assessor, secretário. Ele incorporou um comportamento em relação à

imprensa muito defensivo, que deixa a imprensa com as portas fechadas. Eu acho que o governo tem uma certa dificuldade de reagir à crítica, banaliza qualquer opinião crítica como sendo uma posição de direita, um posição próxima à do PFL e do PSDB, que são a oposição do governo, e a imprensa tem por obrigação pegar o governo e confrontá-lo com suas contradições. A imprensa não pode sofrer o rolo compressor do palácio, como os dissidentes do PT recebem, quando a imprensa levanta uma contradição que o próprio Lula dizia no passado, quando era oposição, com o que diz agora no governo. Na verdade ela está resgatando um fato da história. E o palácio, o governo e o PT reagem mal a esse tipo de postura da imprensa que é a postura correta para se ter. Então é ainda uma incógnita, eu não sei o que está levando a essa relação, isso pode se consertar com o tempo, na medida que o PT vai ganhar desenvoltura no poder, ele vai perceber que o monstro não é tão feio quanto ele parece e a gente também vai aprendendo a lidar com o PT. O fato é que agora tem uma dificuldade, a gente não está tendo o acesso que a gente tinha no governo Fernando Henrique. Com todos os problemas, o governo Fernando Henrique era extremamente aberto em relação a isso, não tinha uma sensação de medo envolvendo as fontes na hora de fazer sua matéria, tanto é que vazava tudo no governo Fernando Henrique e no governo Lula é difícil vazarem as coisas.

Z – Você concorda com a opinião de que o jornalismo atual é mais superficial e de “domingo”?

LCC – A gente tem que ter cuidado porque senão pode parecer nostalgia da ditadura e nós temos, como dizia Ulisses Guimarães, ‘nós temos nojo da ditadura!’. Jornalista não convive com ditadura, jornalista convive com a liberdade, com a democracia. Então nós não podemos ter nostalgia disso não. Agora, o que acho que existe um pouco é o seguinte, a imprensa, não sei se pela força da Internet ou pela própria situação econômica dela hoje em dia, ela gasta menos páginas, ela tem menos espaço editorial, ela procura racionalizar custos, enxugar despesas, diminuir redações. Então o repórter quando sai para rua agora já não sai com uma pauta só, sai com duas, três pautas o que torna seu trabalho mais superficial, mais ligeiro. E se tu não investes em uma investigação, com tempo, com repórter, com recursos, para que ele aprofunde sua investigação, o resultado sempre vai ser mais superficial, então tem que ter cuidado para que a imprensa do dia-a-dia, semanal ou mensal, não vire toda uma coisa muito parecida com esse noticiário *on-line* que nós temos, com notas pequenas, rápidas, rasteiras, telegráficas quase, onde a preocupação é muito mais em dar a notícia do que aprofundá-la. Como a gente tem muito apelo hoje via TV por assinatura, TVs abertas, com uma informação fluvial, devastadora, massacrante, as pessoas estão ficando assoberbadas em informação e quando você vai espremer isso a informação relevante fica reduzida a quase nada. Você ouve muita coisa repetida, você abre o *site* de uma agência, vai ver os jornais *on-line*, estão todos com a mesma matéria repetida em outro tipo, ou

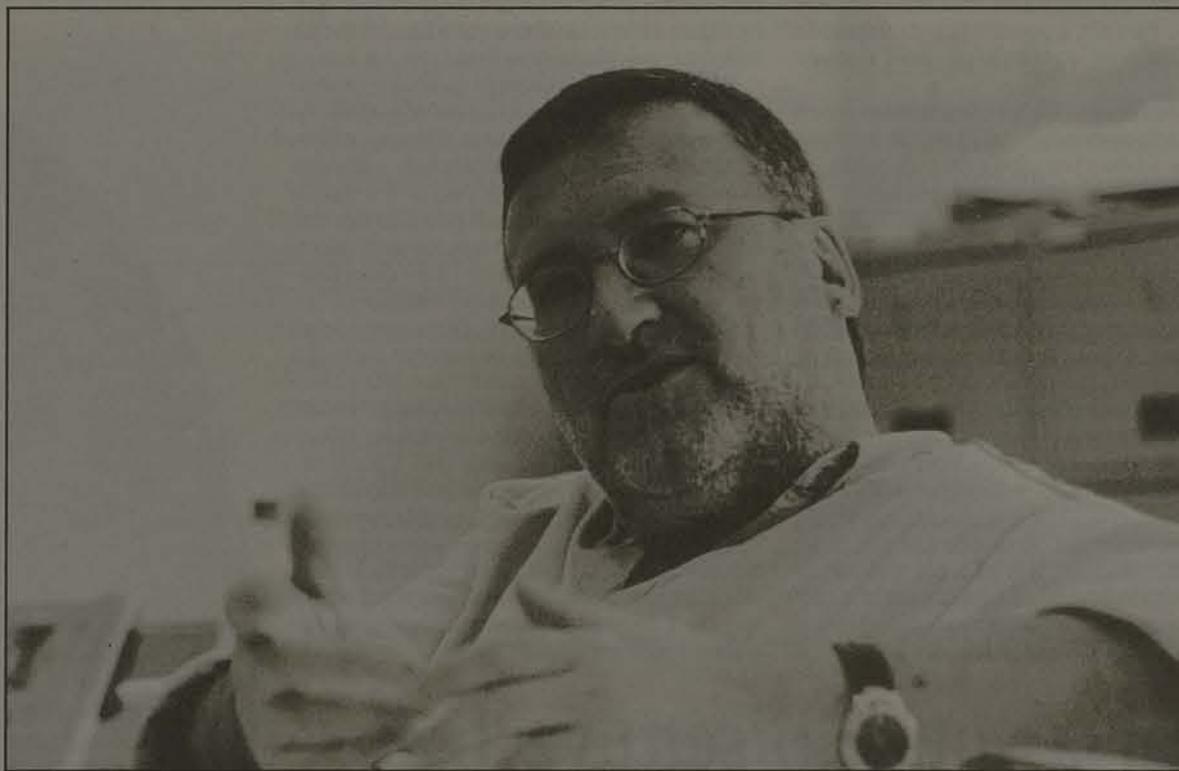
“Se você for inteligente, mas for mau caráter, vai ser um péssimo jornalista”

então é a matéria reproduzida de forma meio mecânica pelas agências. Então acaba meio que banalizando o noticiário e deixando ele muito parecido, muito igual. É por isso que o repórter deve brigar pelo tratamento diferenciado, ter sua abordagem, ter sua matéria exclusiva, para isso ela precisa dar tempo, dar recursos e condição para o repórter trabalhar o tempo que for necessário para ficar um, dois, três dias, uma semana, um mês por conta de uma grande matéria. Certamente ele vai voltar com uma grande matéria. Agora, se ele sai sobrecarregado de pautas da redação, ninguém consegue fazer milagres... Então o medo que a gente tem é que a imprensa acabe caindo nessa medio-

crização da briga da notícia pela rapidez e não pela profundidade. A briga toda é para ver quem dá ela na frente, mesmo que dê parecido com outro. Então, eu acho que não é essa a função nossa como imprensa. A nossa função é tentar aprofundar e colocar as questões e discutir. Porque como a televisão hoje é instantânea, hoje você vai ao Afeganistão, vai para a guerra do Iraque, o cara entra ao vivo, está dando tudo ali. Então, se os jornais forem reproduzir o que já deu na televisão, você está lendo impresso o que já viu na televisão oito horas antes, de noite na sua casa. Daí você pega o jornal e ‘ah isso aqui já vil’. A imprensa tem que se preocupar em decifrar por que aquela bomba caiu errado no centro de Bagdá, por que está caindo errado, por que o Pentágono está investindo dinheiro pesado em armamentos, tens que pegar o bastidor de tudo aquilo que

que vá oferecer seu trabalho para trabalhar numa outra redação, vamos fazer a nossa redação, o nosso jornal’. E foi o que se fez, começou com um empreendimento meio amador, meio romântico, mas ele foi ganhando com o tempo densidade. O *Coojournal* acabou ganhando formato de um jornal extremamente respeitado e lido no Brasil, numa época que não havia o Observatório da Imprensa. Era um *ombudsman* na imprensa porque discutia muito o ato de fazer jornal, de fazer imprensa no Brasil, e se discutia muito a história brasileira. A gente recontou casos da história, publicamos documentos sigilosos do exército, criamos muitas arestas por conta disso, porque nós não éramos confiáveis nem ao sistema político, eles achavam que a gente era um bando de comunistas que queria comer criança e derrubar o governo e a gente só queria fazer jornalismo, e nós também éramos muito hostis ao *status quo* da imprensa, porque a gente discutia a RBS, o *Estadão*, a censura, a ABI, as ligações dos sindicatos dos trabalhadores, o modo de produção, o sindicalismo, na época a gente com ABC, o PT, o Lula. Então era toda uma questão que o ambiente da imprensa brasileira, a imprensa alternativa tinha o *Movimento*, tinha o *Política*, tinha o *Pasquim*, todos nós tínhamos vindo de uma confraria de gente assim muito mais por ideal do que por razões econômicas. Conseguimos produzir uma série de vários órgãos de imprensa, em vários setores, o *Pasquim* com humor, o *Coojournal* com jornalismo, o *Movimento* e o *Política* na ação da política e economia que faziam uma abordagem crítica do país, do golpe, da ditadura que incomodava muita gente. Mas a gente foi muito feliz, a gente fugia do nosso emprego, eu tinha um emprego formal na *Veja* e eu fugia um dia lá da semana para ajudar no ‘fechamento’, aí um

cara da *Veja* em São Paulo mandava uma matéria, outro de *O Globo*, lá no Rio, mandava outra, aí tinha um correspondente do *Estadão* em Pernambuco que mandava uma matéria que só a gente publicava. Então virou um empreendimento coletivo, uma coisa muito legal, de generosidade das pessoas, e ninguém ganhava nada por isso, não era pago, só o que era pago era a redação da cooperativa. Eu trabalhei de graça lá, mas era uma coisa que a gente fluía ali. Vazava através do *Coojournal* toda uma frustração jornalística que muita gente tinha. E esse jornal acabou incomodando tanto que ele só acabou sendo inviabilizado pela pressão da ditadura pelo lado econômico, o comando Terceiro Exército na época, chamou vários anunciantes do jornal e comunicou para eles que ‘ah, esse jornal é comunista, é um bando de subversivos, eles contestam o regime, nós não gostamos deles e nós queremos que vocês parem de anunciar no jornal’. Daí nós não agüentamos muito tempo, já não tinha mais assunto, não havia como sustentar, ninguém tinha dinheiro



Cunha critica imprensa que enxuga despesas e diminui redações: “Sai muita matéria repetida, o noticiário é banalizado”

a televisão te mostrou de forma crua e saber como chegou naquele ponto. Essa é a missão da imprensa escrita, tentar esmiuçar e dar espaço a uma reflexão que não pode existir, ou que não existe na imprensa *on-line* que é a TV a cabo e a Internet que é tudo rapidinho, a obsessão é pelo tempo, pelo furo e às vezes a nossa preocupação é pela profundidade, para tentar entender porque que aquilo aconteceu.

Z – Fale um pouco da tua experiência no *Coojournal*.

LCC – O *Coojournal* foi uma experiência muito marcante na vida de todo mundo porque foi um momento de respiração, momento de sublimação democrática num ambiente muito aprensivo que era o regime fechado, a vida nos anos 70 era o governo Médici, governo Geisel, na verdade governo Geisel. O *Coojournal* nasceu a partir de uma crise detonada com uma demissão em massa no diário *Folha da Manhã* [de Porto Alegre] que jogou, subitamente, no mercado uma série de jornalistas extremamente criativos que estavam no auge da sua capacidade de trabalho e não tinham o que fazer. Daí alguém, não sei quem, deu uma idéia assim: ‘por que a gente não se junta e faz uma cooperativa de trabalho? Não é uma cooperativa para vender laranja ou sapato, é uma cooperativa que produza o seu trabalho, não

para bancar e o jornal acabou morrendo por penúria absoluta, graças a essa ação inteligente, mas letal, da ditadura que nos matou por asfixia econômica. Mas é uma grande experiência, que nós carregamos no coração. E como o governo Lula disse que vai dar muita importância para o cooperativismo, eu acho que pode ser até uma experiência que diante da grave crise que nós vivemos, tudo quanto é redação demitindo todo mundo, muita gente desempregada, quem sabe alguém não se anima a juntar um bando de heróis, dessa vez com a ajuda do governo e não com a oposição do governo como nós enfrentamos, mas com a ajuda do governo Lula, que tem uma visão do cooperativismo como uma coisa legal, possa se criar um tipo de cooperativa não igual ao *Coojournal*, porque os tempos eram outros, tempos de asfixia política, mas um jornal com base cooperativa que possa absorver mão-de-obra e dar um produto jornalisticamente legal, que tenha vendagem, que tenha anunciante e que possa ser uma experiência que se reproduza. Daqui a pouco a gente pode ter uma cooperativa em cada capital brasileira, que seria maravilhoso!

Entrevista por Clarissa Antunes

“No *Coojournal* recontamos casos da história, publicamos documentos sigilosos do exército. Não éramos confiáveis, eles achavam que a gente era um bando de comunistas”

Urna em xeque

TSE garante segurança da eleição virtual mas omite relatórios que apontam erros e pedem mudanças

A **desmaterialização do voto**, com a aprovação da Lei 10.740/03, que determina a não impressão dos votos nas urnas eletrônicas brasileiras, levanta suspeitas sobre a confiança do processo eleitoral no país. Apesar da explicação de técnicos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Santa Catarina de que os recursos de segurança eletrônica utilizados garantem a veracidade, a dúvida dos leigos se explica pelo não entendimento do sistema, e a de técnicos, pela dificuldade de analisar os programas das urnas.

A partir do código fonte de um programa é possível entender como ele trabalha, como processa os dados. Esta informação foi aberta aos partidos políticos para análise, mas houve reclamações devido ao pouco tempo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Enquanto Carlos Rogério Camargo, Secretário de Informática do TRE/SC, sustenta que o prazo era de uma semana e foi prorrogado por mais uma, o engenheiro Amílcar Brunazo Filho, que assessora vários partidos, afirma que teve apenas cinco dias para o trabalho.

Brunazo acrescenta que a questão é mais simples de se entender do que a inviolabilidade do sistema de segurança. Começa com a impossibilidade de um eleitor entender o que acontece com seu voto depois que a tecla "confirma" foi apertada. "Voto virtual não é voto", diz ele, defendendo que quem deve entender o processo eleitoral é o cidadão, não os especialistas. Para ele, a possibilidade de impressão garantiria isso, já que somente depois de conferir sua votação no papel, o eleitor apertaria "confirma".

É foi isso o que ocorreu em 3% das urnas nas últimas eleições e deveria acontecer em todas progressivamente, se não fosse a revogação apressada da Lei 10.408/02. O Projeto de Lei que a modificou chegou ao Congresso no dia 17 de julho e em 1º de outubro já estava sancionado. Resultado: as próximas eleições ano serão totalmente virtuais.

O autor do projeto de lei, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), justifica a mudança alegando os custos da impressão, de R\$ 250 milhões para a instalação dos equipamentos e outros R\$ 100 milhões para o treinamento dos funcionários e divulgação. Além disso, cita o maior atraso para votação nas seções com impressoras e a maior vulnerabilidade das urnas que têm o equipamento. A entrada para a impressora aumentaria tanto a probabilidade de violação quanto de avaria, já que é um componente mecânico. E, como engenheiro especializado em informática, ele lembra a segurança com que podem ser feitas as declarações do imposto de renda pela internet, o que garantiria a idoneidade do processo eleitoral.

Mais difícil que transferir US\$ 1 milhão - Mas Amílcar explica que a dificuldade de garantir a segurança do voto eletrônico é maior do que a de transações pela Internet. Isso porque as informações, como a máquina da qual foi realizada a transferência, podem ser arquivadas e os dados podem ser verificados. No caso do voto não, já que uma das premissas é que ele seja anônimo. Portanto, não há como o eleitor ter garantias de que o voto foi realmente computado da maneira como ele optou.

Ele faz uma comparação do voto com o que seria o dinheiro virtual. Na Internet existem cifras, números, cartões de crédito, nunca algo que pudesse ser uma "cédula

virtual", algo sem passado. Isso porque é impossível, ao receber uma nota, sabermos de onde ela veio, por onde passou. E é isto o que deveria ocorrer com o voto. Mas virtualmente isso ainda é limitado.

Esta opinião é também a dos pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), em *Avaliação do Sistema Informatizado de eleições*, um relatório que analisou todo o processo eleitoral brasileiro baseado nos programas utilizados nas urnas de 2002. "Deve-se ressaltar que a necessidade de preservação do sigilo do voto torna o processo de segurança da urna eletrônica mais difícil e complexo quando comparado a outros sistemas de informação". No documento os especialistas também apontam algumas modificações a serem feitas para aumentar a segurança, como impedir que uma pessoa conheça todo o sistema de votação e armazenar os componentes da urna em meios não alteráveis, para garantir a auditoria.

Brunazo critica o TSE por mencionar apenas a segurança física da urna, que ele chama de "robustez", e esquecer dos reparos indicados pelo relatório. Além disso, cita ainda dois relatórios, um produzido pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e outro pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), que, segundo ele, confirmam a vulnerabilidade da urna. Ele afirma que o TSE mantém em sigilo estes dois documentos justamente por isso.

Mas Carlos Rogério Camargo aponta que, além de todos os recursos eletrônicos (como criptografia, infra-estrutura de chaves públicas e privadas, hash) os técnicos dos partidos acompanham todo o processo de inseminação da urna e participam de uma votação fictícia, previamente determinada pelo TSE, para verificar a confiabilidade da urna e dos programas colocados nela. Neste processo câmeras e microfones registram a votação e em seguida tudo é confirmado.

Brunazo, por outro lado, afirma que o Brasil saiu à frente no processo de informatização dos votos e por isso acabou fazendo "nas coxas". Pelo menos, é nisso que ele acredita, diante da rechaça de outros países em importar nosso sistema. O Massachusetts Institute of Technology (MIT), por exemplo, já está realizando pesquisas para informatizar as eleições e, segundo Brunazo, uma das primeiras conclusões é que o voto impresso deve permanecer. E sobre a alegação do senador Eduardo Azeredo dos altos gastos para impressão ele é enfático. A questão é decidir "se vamos ter um sistema que pode ser auditado ou não". (SC)

Como fraudar a votação sem vestígios

Para se ter certeza da validade de um documento digital, quatro características tem que ser garantidas: autenticidade, integridade, confiabilidade e não-repúdio. Traduzindo. Deve-se estar seguro de que os dados contidos pelo autor, de que o conteúdo do documento não foi alterado, de que não houve contato de terceiros e, com isso, o autor não pode negar sua autoria. Segundo Carlos Rogério Camargo, secretário de Informática do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a urna tem todos os componentes eletrônicos necessários para garantir a segurança do processo eleitoral. Elementos como chaves-públicas e privadas, criptografia, assinatura digital e hash garantem que nada foi programado errado e não haverá alterações. O código-fonte determina como um programa vai trabalhar, ou seja, ele é a garantia que o sistema operacional vai processar os conforme com o esperado. Os códigos-fonte da urna foram abertos para os partidos, mas houve reclamações de que o tempo dado pelo TSE foi curto. O próximo passo é garantir que o programa mostrado aos

partidos é o mesmo que está nas urnas. Para isso, eles são representados por uma sequência de caracteres, *hash*, que só identifica um mesmo arquivo ou programa. Além disso, antes da eleição, 3% das urnas são testadas em uma eleição fictícia, que é acompanhada por técnicos dos partidos, para garantir a lisura das urnas já carregadas. Com o *hash* se garante a integridade das informações, uma vez que a modificação nos códigos-fonte da urna resultaria em outra combinação. Para entender o processo de segurança final da votação é preciso compreender o que são chaves públicas e privadas. A chave-privada é um sistema mais antigo, que utiliza um mesmo código para cifrar e decifrar uma mensagem. Isso gera a dúvida porque a chave de segurança de um indivíduo tem que ser conhecida por outros ou ninguém poderá ler os documentos cifrados por ele. Já a chave-pública funciona com uma combinação de chaves, por isso é chamada de assimétrica. Neste caso, a chave que cifra as mensagens (privada) fica em sigilo e a outra, que só decifra (pública), pode ser distribuída. Assim não há como alterar um

documento e cifrá-lo novamente. No processo da finalização da votação os dois tipos de chave são utilizados. O boletim da urna, com todos os votos registrados, é cifrado por uma chave-privada produzida pela urna e cujo funcionamento só é conhecido pela Justiça Eleitoral. Em seguida, este boletim já cifrado é novamente cifrado por algum membro do TRE, desta vez com uma chave-pública. Só depois destas duas etapas o boletim é gravado em disquetes e cartões. A manutenção da chave-privada em sigilo, pela Justiça Eleitoral, causa desconfiança, uma vez que nenhum partido político teve acesso ao funcionamento. Mas para Amílcar Brunazo Filho o problema é mais simples. Ele afirma que é possível abrir a tampa frontal da urna e trocar os cartões *flash*, que guardam os programas e armazenam as informações, sem que os lacres sejam rompidos. Ele também diz que neste mesmo cartão estão gravadas todas as chaves, e seria possível retirar um cartão e trocá-lo por outro depois de cifrar os dados com as mesmas chaves utilizadas no processo original. Outro indício apontado por ele é a impossibilidade de serem realizados testes de penetração,

ou seja, a liberação da urna para uma possível invasão por *hackers*. Ele conta que já encaminhou cerca de cinco pedidos pra o TSE, mas todos foram negados. Além disso, segundo Brunazo, também há risco de modificação no momento em que os cartões *flash*, com toda informação da votação, ficam com funcionários do TRE para serem encaminhados às zonas-mãe. "É preciso ter acesso físico para violar e o TRE tem cuidado, mas não é muito difícil conseguir algo de quem ganha R\$ 250,00 por mês", avalia. No relatório de *Avaliação do sistema informatizado de eleições* produzido pela Unicamp, uma das recomendações é controlar o acesso aos componentes físicos das urnas, como computadores, *flash cards* e urnas, seja controlado, para dificultar a violação. Brunazo diz que nas eleições da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo havia funcionários do TRE com lacres no bolso. Isso indica que os disquetes e *flash cards* poderiam facilmente ser removidos, trocados e novamente lacrados. (SC)



Marcos Sato/Grafica

Os que duvidam

Especialistas analisam, indicam falhas e propõem sistema eleitoral mais confiável para o Brasil

Depois de avaliar os programas e a segurança da urna eletrônica, professores do Instituto de Computação e da Faculdade de Engenharia Eletrônica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apontaram modificações para aumentar a confiança do processo eleitoral brasileiro. O documento *Avaliação do sistema informatizado de eleições* explica o funcionamento do equipamento e as medidas de segurança tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas lembra que garantir a segurança no processo de votação é mais difícil que em transações que não necessitam de anonimato.



Brunazo: olbo vivo na urna

Uma das principais mudanças sugeridas é que os técnicos possam, além de verificar o funcionamento correto dos programas, acompanhar o processo de inseminação e conferir os resultados da criptografia com os números oficiais divulgados pelo TSE. O relatório pede também que sejam instalados mecanismos que impeçam cópias dos programas da urna durante este processo. Depois de verificadas, as urnas devem ser reinseminadas, para "eliminar qualquer suspeita de alteração durante o processo de verificação".

Os técnicos da Unicamp alertaram para a importância de serem feitos resumos criptográficos cada vez que os

programas da urna iniciam uma nova tarefa. A sugestão é que, antes de iniciar um novo procedimento os componentes do *software* sejam criptografados e conferidos com os valores oficiais divulgados pelo TSE, para garantir a integridade e a autenticidade do programa durante a transição. Depois de finalizada a verificação, os resumos criptográficos deveriam ser gravados em meio não-alteráveis o que possibilitaria a auditoria do processo. O relatório pede ainda que a urna permita o registro das atividades e acessos ao sistema, o que tornaria possível detectar interferências feitas na urna e como o programa trabalhava.

Outra recomendação é que os boletins de urna, produzidos no final da votação, sejam impressos antes de serem criptografados, ao contrário do que ocorre hoje. De acordo com o documento, primeiro os boletins originais deveriam ser arquivados nos *flash cards* e nos disquetes, em seguida ocorreria a impressão e só depois eles seriam cifrados e novamente armazenados nos *flash cards* e disquetes.

Terminado o primeiro turno a entrada do disquete das urnas deve ser lacrada, após a retirada do boletim de urna, e os representantes dos partidos devem verificar novamente a autenticidade dos disquetes que vão ser usados no segundo turno.

Também é recomendada a utilização de códigos-fontes diferentes para a votação oficial e os testes que são realizados antes, como os técnicos dos partidos. Da forma como ocorre hoje, a manutenção do sistema é mais fácil, mas, segundo o relatório, a mudança favoreceria a análise. (SC)

Fórum questiona o voto eletrônico

Um grupo de eleitores preocupados com o futuro do voto e a credibilidade da votação eletrônica resolveu se juntar virtualmente para discutir e estudar os problemas do novo processo eleitoral recém implementado no Brasil. O ano é 1997 e o resultado é a criação do Fórum do Voto Eletrônico, uma entidade civil, sem ligação política ou governamental, que reúne cerca de 200 pessoas em torno da crítica à informatização das eleições. Aos que questionam os motivos de tanto repúdio ao sistema eleitoral informatizado, eles respondem com uma paródia do ex-presidente Jânio Quadros: "Crítico-o porque fraudável. Confiável fosse, elogio-lo-ia". Amílcar Brunazo Filho, o moderador do Fórum e especialista em segurança de dados, outros técnicos e eleitores indignados, trocam textos, discutem leis e reúnem informações sobre a falta de transparência do voto eletrônico. Entre as principais críticas estão a impossibilidade de recontagem dos votos, a possibilidade de fraude por meio de programação, o sigilo de parte da programação das urnas e o prazo curto para a avaliação dos programas pelos partidos.

Além da urna e o processo eleitoral, as críticas respingam também na imprensa que, segundo eles, alega falta de tempo para justificar o silêncio quanto às dúvidas sobre a credibilidade do sistema. Na divulgação do relatório da Unicamp, por exemplo, a *Globo* noticiou, no Jornal Nacional de 29 de maio de 2002, que o laudo "confirmou o que já se sabia: que a urna eletrônica é segura", se baseando na afirmação feita por Nelson Jobim, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No texto *A mulher de César*, publicado na página do site Observatório da Imprensa, e disponível no Fórum do Voto, Marco Aurélio Dutra Aydos, procurador da República em Santa Catarina, critica o esquecimento do telejornal de um evento que ocorria no mesmo dia no Congresso Nacional, o *Seminário do Voto Eletrônico*. O seminário e o relatório da Unicamp são a base do livro *Burla eletrônica - A máquina que faz seu voto sumir*, que enumera os problemas da urna e esclarece os eleitores sobre os problemas apurados pelos participantes do Fórum do Voto Eletrônico e os integrantes do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Mas além das críticas o Fórum também apresenta

sugestões para aumentar a segurança do voto. Uma delas vai de encontro a "Lei do voto virtual", que é como eles chamam a Lei 10.740, que aboliu o voto impresso. Além da impressão dos votos, eles pedem que 3% das urnas sejam recontadas depois do encerramento da votação, a abertura dos programas antes da eleição, a auditoria depois do processo e a divulgação dos boletins das urnas em meio digital. Na seção "Pensamentos sobre voto eletrônico", Bruce Schneier, criptógrafo e moderador do *Crypto-Gram Newsletter*, um boletim eletrônico mensal sobre segurança computacional e criptografia, afirma que "se você acredita que a tecnologia pode resolver seus problemas de segurança, então você não conhece os problemas e nem a tecnologia". Brunazo concorda, o próximo empreendimento contra as eleições virtuais será a criação de uma Organização Não-Governamental, não só sobre o voto eletrônico, mas sobre segurança eletrônica.

Simone Cunha

Saiba mais:

Fórum do Voto Eletrônico
www.votoseguro.org

Crypto-Gram Newsletter
www.counterpane.com/crypto-gram.html

Lei pretende punir *cibercriminoso*

Difusão de vírus eletrônico, sítios de pornografia infantil, roubo e alterações de senhas podem acabar em cadeia

A impunidade para os *hackers* brasileiros que cometem crimes pela Internet pode estar com os dias contados. É que o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de novembro, o Projeto de Lei nº 84 de 1999, que estipula pena de três meses a um ano de detenção, reclusão de um a cinco anos e multa para quem cometer crimes de informática, os chamados *cibercrimes*. O PL 84, de autoria do deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE), ainda será apreciado no senado.

O relatório aprovado é do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) e acrescenta nova Seção ao Código Penal para classificar os *cibercrimes*. Entre eles estão a difusão de vírus eletrônico, sítios de pornografia infantil, o acesso indevido a meio eletrônico ou sistema informatizado, o roubo e alterações de senhas, *download* de *softwares* não liberados, entre outros. Também está prevista a tipificação do crime de falsificação de telefone celular e de meio de acesso a sistema eletrônico, transmissor ou receptor de radiofrequência.

As penas podem ser aumentadas em até 100% se os crimes forem cometidos contra a rede de computadores da União, dos estados ou de municípios. Podem ser aumentadas mais uma vez, em 50%, se forem cometidas valendo-se de facilidades profissionais, como, por exemplo, pediatras que tiverem sítios com fotos pornográficas de pacientes; ou de facilidades funcionais, como no caso de empregados que se aproveitam do seu acesso à Internet para roubar senhas da empresa em que trabalha.

O PL 84 também impede que dados de identificação de usuários, como endereço, telefone e renda façam parte de cadastros e de bancos de dados sem prévia concordância. Além disso, proíbe que informações sobre orientação religiosa, opção sexual, raça ou opinião política constem nesses bancos sem autorização do usuário.

Em dezembro de 2002, o PL 84 recebeu complementação de voto do deputado Pellegrino, relator da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico. Ele já havia apresentado, em novembro daquele ano, parecer favorável ao projeto. No relatório de 2002, Pellegrino alegou que o PL 84 era oportuno, já que cada vez mais se proliferavam condutas criminosas através da Internet. Segundo o deputado, os agentes dos *cibercrimes* estavam ficando impunes por causa da falta de uma legislação adequada.

Hackers ativos - A ausência de leis para punir a criminalidade na Internet é uma das razões para o Brasil ser considerado o primeiro país do *ranking* mundial de ataques digitais praticados por *hackers*. De acordo com Renato Blum, advogado e economista, aproximadamente 1/3 das empresas brasileiras já foram atacadas por eles. As principais vítimas são os bancos, companhias de cartões de créditos e grandes empresas. Além dessas, há também os usuários domésticos e pequenas empresas, que muitas vezes não integram as estatísticas por não apresentarem queixa às autoridades. A assistente social Maria Teresa Figueiredo desconfia de qualquer e-mail "suspeito" que recebe e não acredita quando ganha promoções ou re-



Projeto do deputado Luiz Piauhyllino é de 99, foi aprovado no Congresso e falta ser sancionado no senado federal

vistas. "Eu não abro e-mail que vem com algum anexo cuja extensão eu desconheça. Também não acredito em nada que vem de graça. Outro dia ganhei quatro edições da revista *Veja*, desde que eu preenchesse um formulário... Não cai nessa". Segundo Blum, vários países do mundo têm regulamentação para crimes cometidos na área de informática há cerca de três anos, entre eles Argentina, Canadá, Colômbia, Estados Unidos e países da União Européia.

Giuliano Giova, presidente do Instituto Brasileiro de Peritos em Comércio Eletrônico e Telemática, acredita que a legislação, na maior parte desses países, funciona em razão diretamente proporcional à vontade e interesse dos seus cidadãos. No entanto, prevê que "diante do avassalador desenvolvimento que a tecnologia terá nos próximos anos, o verdadeiro desafio para todas as nações começa realmente agora". Cita o caso do atentado aos EUA em 2001: "Veja o caso do ciberterrorismo. Os peritos em informática que investigam o atentado de 11 de setembro comentaram sobre mensagens eletrônicas trocadas entre os terroristas? Eles treinaram em *softwares* simuladores de vôo?". Giova acredita que agora os sistemas legislativo, jurídico e policial estão à prova em todas as nações, de "maneira jamais vista".

Legislação - O PL 84 divide opiniões entre especialistas da área de informática. Há os que defendem sua

aprovação e justificam sua existência, e há os que consideram o projeto desnecessário. Giova questiona se a legislação atual é suficiente e abrange também os *cibercrimes*. "Casos como o assassinato virtual (o desligamento de aparelhos de um hospital feito pelo computador, por exemplo) - são suficientemente tipificados dentro da legislação tradicional que trata dos crimes contra a pessoa? Ou é necessária uma legislação específica, se o crime for praticado com o uso de meio digital ou virtual?". Ele diz que o projeto é muito importante para orientar a sociedade, seja nas relações pessoais ou empresariais, e para apoiar a atuação dos tribunais e a ação dos órgãos policiais. "Em minha opinião, o grande mérito do PL 84, do deputado Luiz Piauhyllino, foi disciplinar os crimes cometidos na Internet de maneira bastante simples e em um momento muito oportuno".

Já Aires José Rover, advogado e professor do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, garante

que a maioria dos *cibercrimes* pode ser enquadrada no direito penal. "O assassinato virtual, o roubo pela rede, de tudo isso o direito penal dá conta, desde que haja provas". Mas ele lembra que há exceções, que com o PL 84 acabam: "entrar em alguma rede ou em computador de outra pessoa e usá-lo sem causar prejuízo não é crime. Distribuir vírus pela Internet também não é crime, mas, no entanto, se ele causar algum tipo de dano, já pode ser enquadrado no direito penal ou civil".

No Brasil, um terço das empresas já foram atacadas por hackers. Somente neste ano foram rastreados cerca de 96 mil cibercrimes



chamados "*home banks*", garantem ao usuário total segurança. "Nenhuma garantia no mundo é de 100%. Se houver algum problema, alteração de senha, roubo de dinheiro e for provado, os bancos garantem o ressarcimento do prejuízo".

Ele afirma que a maior e mais valiosa "moeda" do comércio eletrônico não é dinheiro, e sim a credibilidade. "O comércio é mais seguro na rede porque todas as lojas dependem de credibilidade. Qualquer errinho é suficiente para uma pessoa enviar um e-mail para outra, que envia pra outra, e assim sucessivamente, falando mal da loja. Ninguém quer isso, portanto a responsabilidade para manter essa confiança com o usuário é muito grande".

NYT - No final de outubro, o jornal *The New York Times* publicou matéria cujo título era *Brasil é o paraíso dos hackers* e que classificava o *cibercrime* do país como um dos mais fortes do mundo. Conforme o *Times*, o Brasil é um país onde abunda o crime organizado e onde leis para prevenir o crime digital são poucas e geralmente ineficientes. Tony Smith, jornalista que assina a matéria, atesta que o Brasil está se tornando um laboratório para o *cibercrime*.

Marcos Flávio Assunção, *hacker* de 22 anos e principal fonte da reportagem do *Times*, revelou que nunca empregou seus talentos para fins criminosos e classificou os *hackers* brasileiros como "criativos". Acrescenta que se as empresas nacionais continuarem sem um esquema forte de segurança, "não haverá mais assaltos à mão armada em bancos. Todos os roubos serão feitos pela Internet".

Segundo dados da mi2g Intelligence Unit, firma de consultoria de risco digital em Londres, pelo menos nos últimos dois anos, o Brasil foi a base mais ativa de irresponsáveis da Internet. Em 2003, cerca de 96 mil ataques pela rede foram rastreados no país, seis vezes mais que o número de ataques ocorridos na Turquia, segunda colocada.

Giova não considera os números da matéria do *Times* de grande relevância. "Considerando as dimensões brasileiras, a existência de uma grande população, a forte disseminação de tecnologia e sua rápida absorção pela população é natural que a posição brasileira em qualquer estatística seja marcante frente à maioria das demais nações. Por outro lado, isso não exime nossa responsabilidade quanto ao dever de botar ordem na casa. É exatamente nesse sentido que toda a nação está trabalhando, envolvendo legisladores, poder judiciário, executivo, órgãos policiais, universidades e empresas privadas".

Ele acredita que outro ponto que deveria ser considerado em reportagens como essa refere-se ao pioneirismo do governo brasileiro na regulamentação da infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira no sentido de proporcionar a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. "Esta, certamente, é uma ação de vanguarda do Brasil".

Clarissa Antunes

Jornalista sem diploma faz festa de novo

Mais uma vez beneficiando os empresários da mídia nacional em prejuízo dos 110 mil jornalistas registrados legalmente em todo país, está suspensa a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. Desta vez o alçoz foi o juiz substituto Manoel Álvares, do Tribunal Regional da 3ª Região (São Paulo) que, no dia 2 de dezembro, suspendeu a decisão da juíza Alda Bastos que havia aceitado o recurso da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj. Agora as delegacias regionais do trabalho são obrigadas a emitir o registro profissional sem exigir o diploma e não podem autuar empresas que tenham profissionais não-diplomados em seus quadros.

A exigência do diploma foi regulamentada pelo decreto-lei 972/69, criado na época da ditadura, e desde então gera controvérsias entre profissionais. De um lado, os favoráveis à obrigatoriedade clamam pelo reconhecimento da categoria e pelo expurgo dos "sem diploma" das pequenas redações do interior. Do outro lado, os contrários argumentam que isso só vem a privar a sociedade de bons repórteres que não tiveram a oportunidade de concluir um curso superior.

Em 23 de outubro de 2001, a juíza substituta Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, suspendeu a obrigatoriedade em todo território nacional em favor de uma ação civil pública proposta pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo. Para a juíza, o jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com a frequência a uma faculdade, mas sim pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional. A juíza acrescenta que a obrigatoriedade do diploma vem de encontro à "liberdade de expressão" de que fala a Constituição de 1988 e que o público tem o direito de ser informado pelos melhores especialistas de cada área.

O jornalista e professor Nilson Lage, em seu artigo *A frente, o passado*, adverte que qualquer pessoa pode se manifestar nos veículos de comunicação, dentro de sua área, como articulista ou comentarista. Para ele, seria impossível contratar especialistas para todas as áreas de interesse, porque isso aumentaria os custos da produção e "as redações ocupariam estádios".

Em 23 de julho de 2003, a juíza Alda Bastos, do TRF de São Paulo, aceitou o recurso da Fenaj e suspendeu a sentença de Carla Rister. O diploma voltou a ser obrigatório, mas por pouco tempo. Quatro meses depois o juiz substituto Manoel Álvares anulou a decisão de Alda Bastos alegando que o fim da exigência não cria qualquer situação de difícil reparação.

A decisão ainda é provisória, mas está sendo analisada pelo próprio TRF de São Paulo e pode chegar até o Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto a conclusão não chega, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados está prestes a votar o projeto de lei 708, de 2003, do deputado Pastor Amarildo (PSB-TO), que atualiza as funções jornalísticas previstas originalmente no decreto-lei 972/69. O relator do projeto, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), já apresentou parecer favorável.

A Fenaj publicou um texto no sítio www.fenaj.org.br intitulado *Uma decisão contra o jornalismo* em que manifesta o inconformismo com a decisão de Álvares. O advogado da instituição, João Roberto Piza Fontes, garante que tomará as providências cabíveis para que "não fiquem a vigir eternamente decisões precárias e contrapostas". Enquanto isso, os cerca de 18 mil estudantes que vão se diplomarem este ano, em 219 cursos espalhados pelo país, assistem a uma disputa que ainda vai longe e tem efeito sobre a carreira de cada um deles.



ASSALTO!

Ladrões incompetentes dão susto no ônibus mas só levam 50 reais

O repórter é uma testemunha ocular dos fatos. Parece claro, mas esse conceito nunca havia se manifestado de maneira tão ostensiva em minha vida.

No feriado nacional de 15 de novembro, eu e minha namorada resolvemos ir a um rodízio de pizzas e massas do tipo "coma quanto agüentar por R\$ 9,90", no bairro Kobrasol, em São José. Empanturrados e tristes por não poder comer mais uma fatia, fomos ao ponto de ônibus para voltar para casa. Era pouco mais de 9 horas da noite. Ao pagar o cobrador - mais R\$ 1,50 - a situação em minha carteira era desoladora: uma nota de R\$ 10,00 (filha única) se apresentava sem graça. Passamos a catraca e sentamos-nos nos primeiros bancos à esquerda, lado do motorista. O episódio que se seguiu não durou mais de cinco minutos, mas foi o bastante para impressionar.

O ônibus ia em direção ao centro de Florianópolis, próximo à avenida Ivo Silveira. O lugar estava escuro e há poucas construções ao redor da pista. Quando o ônibus parou e entraram dois homens morenos e de estatura mediana com cerca de 30 anos de idade. Provavelmente estavam bêbados, um deles tinha um copo de chope vazio nas mãos. Acomodaram-se na parte da frente do veículo. Minha namorada apertou minha mão.

Como uma premonição, passou pela minha cabeça a possibilidade de assalto. Lembrei-me da "filha" única em minha carteira e pensei, já conformado: "Vão! Levem meus últimos R\$ 10,00". Palavras incompreensíveis se atropelaram, até se ouvir um grito: "É um assalto!". Um deles apontou um revólver para o cobrador e tomou-lhe a pochete com dinheiro enquanto o outro ordenou ao motorista que parasse o ônibus. Pensei no dinheiro, no celular, na companheira que apertava mais forte minha mão. Eles sequer olharam para os passageiros. Com o revólver apontado para a cabeça, o motorista hesitou a ordem para abrir a porta da frente. "Não abriu ainda por quê? Que levá um tiro?", o do revólver gritou - disfarçando o próprio nervosismo. O outro ironizou: "Mete logo uma bala na cabeça!" Não foi necessário, o motorista abriu a porta. Então ouviu-se um tiro! Apenas para trazer mais pânico aos passageiros, pois a arma foi a pontada para o chão. Tudo se passou a menos de três ou quatro metros de onde estávamos. Passavam 20 minutos das nove da noite.

Enquanto consolava a namorada, que em choque não conseguiu conter as lágrimas, tentei observar a

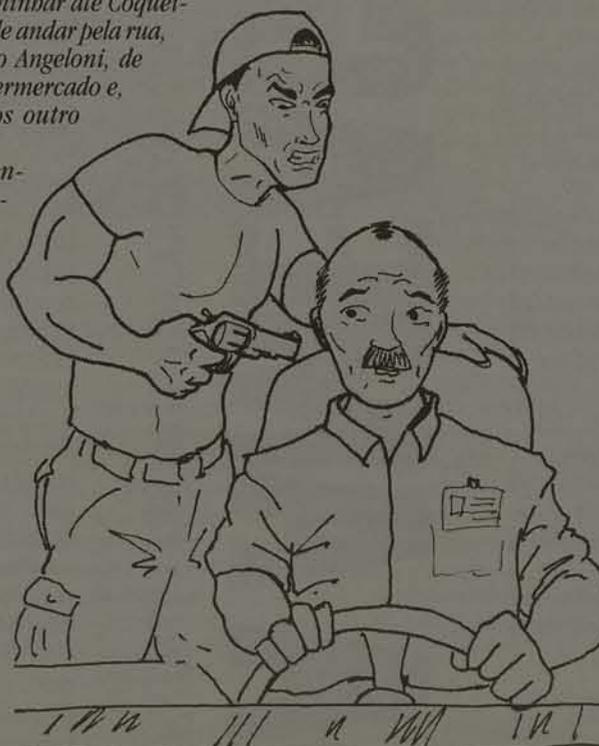
cena que se configurou. Os bandidos corriam em disparada na escuridão. Passageiros perplexos e revolvidos xingavam. O motorista hesitante não sabia se seguia em frente, se dava ré e voltava à civilização ou se chamava a polícia. Um dos passageiros acabou com o impasse: "Toca em frente!" O motorista engatou a primeira e seguiu o conselho. Temendo ser um alvo para os bandidos, o cobrador abandonou seu posto e abaixou-se entre os bancos.

O medo predominava. Acelerado, o motorista quebrou o gelo: "Quanto foi?". "Quarenta e mais dez em moeda que eu tinha acabado de guardar", respondeu um então indignado cobrador. Não perguntei, mas talvez tenha se passado pelo pensamento daquele homem ao volante: "Por causa de 50 reais, eu poderia ter levado um tiro na cabeça".

Assustado, tive que me manter calmo. Minha namorada ainda chorava muito. O local do assalto fica perto de onde ela trabalha. Próximo também de onde descíamos. Por isso, mudamos os planos. Nós iríamos saltar na Ivo Silveira e caminhar até Coqueiros, onde ela mora. Com medo de andar pela rua, resolvemos descer no ponto do Angeloni, de Capoeiras. Atravessamos o hipermercado e, já no bairro Abraão, tomamos outro ônibus para Coqueiros.

Ela vinha calada, se refazendo do susto e das lágrimas. "Ainda bem que eu comi aquelas pizzas", disse e, após uma pausa: "Às vezes a gente fica evitando gastar dinheiro, economizando, e para quê? Em poucos minutos, tudo pode ir facilmente". Ela falou com conhecimento de causa. Há sete meses, horas antes de ir a um outro rodízio de pizzas, ela teve furtada sua bolsa, com seu telefone celular e R\$ 250,00, que iria entregar para a mãe de uma amiga. Daquela vez, não acabou em pizza, literalmente.

Thiago Macedo



Richard Amante

O governo Lula já anunciou que uma das reformas de 2004 será nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O início do debate foi oficializado em 20 de outubro, quando o presidente assinou decreto instituindo um Grupo de Trabalho interministerial que teria até 15 de dezembro para elaborar um plano de reestruturação das universidades. Mas declarações dadas e documentos lançados durante os recentes dois meses pelos principais envolvidos na discussão indicam o que as universidades federais brasileiras devem enfrentar no ano que vem.

"Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população". Dessa forma o Ministério da Fazenda deflagrou a discussão sobre a reforma universitária. O dado foi divulgado na segunda semana de novembro, dentro do estudo *Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*. Conforme o diário *Folha de São Paulo*, uma conclusão semelhante foi apresentada em julho ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: os gastos com ensino superior no Brasil "beneficiam apenas poucos privilegiados". A afirmação foi emitida pelo Banco Mundial. A sugestão do Ministério da Fazenda e do Banco Mundial para amenizar o problema é aumentar os empréstimos do governo para estudantes de baixa renda pagarem uma universidade privada e a cobrança de mensalidades nas públicas. No fim de novembro, Cristovam Buarque, ministro da Educação, revelou que não compartilha da opinião do setor financeiro. Na abertura do Seminário Internacional Universidade XXI, organizado pelo Ministério da Educação (MEC) no fim de novembro em Brasília, justamente para discutir reforma universitária, o ministro enfatizou que "lutar contra a idéia da Organização Mundial do Comércio de mercantilizar a universidade e o saber". E Buarque estava ao lado de Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, que minutos antes havia dito que a "universidade brasileira pode expandir com qualidade e com custos razoáveis" para o estudante.

Sobre o estudo divulgado pelo ministro Antônio Palocci, Buarque disse concordar com o diagnóstico de que há um grande número de jovens de classe alta nas universidades públicas, mas lembrou que a cobrança de mensalidades não pode ser a solução. José Genoíno, presidente do PT, também se manifestou contra a possibilidade de cobrança nas universidades públicas, que o partido "tem posição histórica contrária a esse ponto". Apesar da ressalva, Genoíno disse que o documento serve como uma contribuição para o debate.

Wrana Maria Panizzi, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), também na abertura do Seminário Internacional Universidade XXI, criticou duramente as conclusões do Ministério da Fazenda. "A educação superior não é 'gasto [social]', é investimento. (...) Na verdade, por ser gratuita, a universidade pública apresenta-se como a única possibilidade de acesso à educação superior para milhares de brasileiros". Para a também reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao deixar de investir na universidade, o Brasil está na verdade aumentando seus gastos em longo prazo, pois teria que gastar cada vez mais com a compra de ciência e tecnologia.

Panizzi disse que, para que o país tenha um lugar de destaque no mundo, deve ampliar os investimentos em pesquisa e na qualificação de pesquisadores e profissionais. "O Brasil tem somente 0,25 pesquisadores para cada 1.000 habitantes, enquanto essa razão é de 3,5 nos Estados Unidos e de 2,0 na Coreia".

Batalha de números - Outro petista a combater as afirmações do "Gasto Social do

A AMEAÇA DO ENSINO PAGO JÁ!

Estudo vê muitos ricos nas universidades públicas e Palocci quer privatizar. Mas Buarque não

Governo Central" foi Márcio Pochman, da Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo. Ainda em novembro, ele publicou um documento intitulado *Desigualdade de renda e gastos sociais no Brasil: Algumas evidências para o debate*, que rebate alguns dos argumentos da Fazenda. A quantidade de dados sobre o gasto do governo com educação é enorme. A diferença entre os dois estudos está na escolha de que números mostrar. De acordo com o Ministério da Fazenda, 70% dos recursos do governo federal com Educação e Cultura foram destinados ao Ensino Superior, 13% ao Ensino Fundamental, 8% ao Ensino Médio e 4,5% à Educação de Jovens e Adultos. Para a Prefeitura de São Paulo, não é correto dar esse número sem informar que 80% do total de gastos com educação fundamental e média foram arcados por Estados e municípios.

Palocci afirma que no Brasil gasta-se proporcionalmente mais com educação do que em outros países em desenvolvimento e mesmo que em países ricos. "No Brasil o custo médio por aluno no ensino superior é estimado em cerca de 170% do PIB per capita (o Produto Interno Bruto de um país dividido pela sua população), [enquanto] nos países [desenvolvidos] o custo médio por aluno é estimado em 100% do PIB per capita. As porcentagens correspondentes para o Uruguai, Chile, China e Índia em 1996 eram, respectivamente, 21%, 20%, 65% e 93%".

Pochman usa também uma comparação do investimento em educação superior com o PIB para chegar a uma conclusão exatamente contrária à de Palocci. De acordo com o estudo da Secretaria do Trabalho da capital paulista, "o Chile chega a comprometer 2,1% do seu PIB com a educação superior; a Holanda, 1,8%; a Inglaterra, 1,1%; a Itália, 1,2%; a Finlândia, 2,0%", enquanto no Brasil essa relação é de 0,5%.

"O pau vai comer" - Na primeira semana de dezembro, José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, tratou também da reforma universitária com uma frase que causou polêmica: "Esse é um tema muito polêmico, o pau vai comer como aconteceu na reforma da Previdência". Para vários representantes da comunidade universitária, a frase revela que as intenções do governo deverão ser contrárias aos interesses da universidade.

Wrana Panizzi disse que a expressão foi "infeliz e exagerada", e que os reitores estão abertos pra o diálogo. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), falou que o "ministro poderia ter usado expressão de melhor qualidade".

Lucas também disse que, depois de ver o orçamento do governo para o ano que vem, ler o estudo do Ministério da Fazenda e ouvir José Dirceu, ele ficaria "surpreso se o Grupo de Trabalho interministerial tivesse um projeto de reforma universitária semelhante ao que a comunidade universitária tem demandado". Para o professor, mesmo que Cristovam Buarque queira fazer uma reforma mais próxima dos anseios da universidade, o Ministério da Educação é fraco politicamente, por isso a opinião do núcleo duro do governo deve preponderar na decisão final.

Principais diretrizes - Dirceu também indicou os principais pontos que deverão ser tocados na reforma: financiamento, autonomia e sistema de avaliação.

Em relação ao financiamento, o ministro se limitou a dizer que "toda a relação da universidade com o empresariado, empresas, fundos de investimento" será mudada, e que isso deve ser feito através da Lei de Inovações, projeto em tramitação no Congresso desde o ano passado.

O novo sistema de avaliação da educação foi anunciado pelo ministro da Educação em 1º de dezembro. O objetivo é que todos os cursos universitários sejam avaliados a cada três anos.

O MEC vai criar o Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior, que será uma média de quatro avaliações: da aprendizagem (um exame dos alunos no estilo do atual "Provão"), do corpo docente, da capacidade institucional do curso e do seu envolvimento com a realidade. Para esse último ponto, o MEC levará em conta, por exemplo, se os estudantes participam de projetos voluntários ou de cursos de alfabetização de adultos e se a instituição tem ações e projetos visando evitar formas de discriminação dos universitários.

A autonomia das universidades públicas federais é uma reivindicação antiga de muitos professores e reitores, principalmente nas questões de administração e gestão financeira. Embora ela já seja prevista em lei (tanto na Constituição quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB), essa autonomia não é exercida de fato. Na UFSC, por exemplo, cerca de 92% dos recursos são destinados para o pagamento de pessoal e vão diretamente do MEC para os funcionários, sobrando pouco para ser investido no crescimento da universidade. A burocracia tanto na contratação quanto na demissão de funcionários é enorme, tudo tem que ser autorizado pelo ministério.

José Dirceu não especificou se essa relação entre IFES e MEC será mudada. O ministro só disse que o governo pretende rever o papel dos centros universitários - instituições de menor porte e que não sofrem tanto controle do MEC. O jornal *O Globo* informou que, segundo fontes da Casa Civil, os centros universitários deverão ter a autonomia reduzida.

Pagamento de inativos - Outro ponto levantado pelo chefe da Casa Civil foi o "problema gravíssimo que é o peso na folha de pagamento dos inativos" para as IFES. E, pelo menos, nesse ponto o ministro parece ter algum apoio dentro das universidades.

Dados da Andifes mostram que em 2002, a folha de pagamento dos aposentados de universidades federais consumiu R\$ 2,4 bilhões, enquanto o pessoal da ativa ficou com R\$ 4,5 bilhões. Conforme *O Estado de São Paulo*, desde 1995, apesar de a parcela paga a inativos ter ficado praticamente igual, o montante gasto com servidores que continuam trabalhando caiu de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. "Os gastos com pessoal da ativa diminuíram porque não há concursos para contratação de professores", diz a presidente da Andifes.

Paulo Rizzo, presidente da Associação de Professores da UFSC (Apufsc), explica que as IFES são uma exceção no serviço público, pois o pagamento de aposentados é feito pela própria instituição, e não pela Previdência Social, como o restante dos servidores públicos. "Para o governo federal não faria diferença, pois ele tem que pagar os aposentados de qualquer maneira, mas tirar esse gasto das contas das federais seria muito bom para essas universidades".

Buarque ameniza importância do GT - Há quatro dias do prazo final para o Grupo de Trabalho interministerial entregar seu relatório, o ministro da Educação disse que ele entregará a Lula um "documento simples, com indicações sobre o número de professores que as universidades federais precisam e gastos com salários e investimentos", pois essa é a parte emergencial.

Buarque disse ainda que o grupo de trabalho vai sugerir ao presidente uma análise sobre a capacidade de envolvimento das universidades no ensino básico por meio de parcerias, sem imposições. Por fim, o documento traçará um roteiro para as discussões da reforma. Para Buarque, não há a pretensão de fazer a reforma das universidades agora, mas sim em definir como deve ser o debate nos próximos meses. Ele lembrou que na reforma da Previdência todos os governadores foram ouvidos.

Maycon Stahelin

GRANDES AMIGOS

Na ausência de Botelho, candidatos de oposição promovem uma *rasgação de seda* no penúltimo debate

ELEIÇÕES
REITORIA 2004
NA UFSC

O último debate dos candidatos a reitoria da UFSC que ocorreu dois dias antes do primeiro turno das eleições, realizado dia 19 de novembro, se deu de forma tranqüila, com poucas trocas de acusações. A chapa 3, da situação, composta por Lúcio Botelho e Ariovaldo Bolzan não compareceu. Os candidatos presentes se uniram, então, para criticar os ausentes. "Não fomos em respeito àquilo que foi acordado com a organização" disse

Lucio Botelho referindo-se ao fato de o local combinado ser dentro e não no saguão do Teixeira, auditório do Centro Tecnológico (CTC).

A organização, formada pelos sindicatos e representações estudantis (Sintufsc, Apufsc e Cetec), reservou para o evento o auditório Teixeira e o hall do CTC, um ao lado do outro. O debate ocorreu no saguão do CTC por considerarem mais espaçoso e foi exibido em um telão no auditório.

O debate foi dividido em seis blocos. No primeiro bloco, os candidatos se apresentaram e lamentaram a ausência da chapa 3. A candidata Joana Pedro (chapa 2) falou da proposta de uma gestão descentralizada, Jorge Barreto (chapa 4) de uma gestão de baixo para cima e Nildo Ouriques (chapa 1) reclamou que os candidatos Lúcio e Ariovaldo conseguem votos através de churrascos e cerveja oferecidos gratuitamente.

No bloco destinado a perguntas e respostas dos candidatos entre si, falou-se da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina. O candidato Jorge Barreto lembrou que pretende seguir a lei em sua gestão e que falta alguém da reitoria dentro das fundações para dividir recursos para outros centros. Nildo Ouriques fez sua réplica dizendo que as fundações não devem ser nichos de apoio a professores, e sim a universidade. Indagado por Joana Pedro sobre o motivo de no panfleto da chapa 3 não constar que Ariovaldo Bolzan é diretor da Feesc, Jorge Barreto respondeu um sonoro "Má fé".

No terceiro bloco, seis perguntas temáticas da platéia foram sorteadas. A organização definiu que seriam duas perguntas feitas por estudantes, duas por técnicos e duas por professores. Os temas foram pós-

graduação, Hospital Universitário, democratização do Conselho Universitário e relação empresa universidade. Um aluno que não foi sorteado usou o espaço, cedido por um colega, para comentar o fato de que seu nome estava na lista de apoiadores da campanha de Lúcio/Ariovaldo sem seu consentimento.

Cada candidato teve sete minutos para responder a todas as perguntas, dividindo o tempo como melhor viesse com seus vices. Ouriques disse que 83% dos alunos da pós-graduação não têm bolsa e precisam se dedicar em tempo parcial, o que resulta em "um custo alto e eficácia discutível". Disse também que a graduação fica em segundo plano porque "a pós é que gera recursos" e que pretende criar fundações de amparo. Quanto ao HU, queixou-se "de apesar de ser um hospital escola ele está desligado da UFSC". Lembrou que toda a demanda do estado caiu sobre o HU e chamou o diretor do hospital Fernando Machado de omissivo. O candidato pretende filmar as reuniões do Conselho Universitário (Cun) para que haja mais seriedade. Em relação as fundações, prometeu fazer uma limpeza na Feesc entre os bons e os maus projetos e deseja que a UFSC não fique dependente de empresas.

Jorge Barreto falou em interagir com fontes de financiamento para aumentar o número de bolsas para a pós-graduação. O candidato disse também que é favorável à relação universidade-indústria, porém salientou a necessidade de haver um certo cuidado pois estas empresas, por não pagarem impostos, podem se beneficiar competitivamente. Carlos Westphall, vice de Barreto, o vice que mais falou no debate, respondeu ao aluno que se queixava de ser inserido como colaborador da campanha de Lúcio de que "o problema não é o Lúcio ou talvez o Ariovaldo, são as pessoas que estão em volta deles".

Joana Pedro lembrou da importância da pós-graduação em preparar pessoas que formem outras. E que por isso pretende buscar fomento para a pesquisa, já que desde 1995 as bolsas de pós estão congeladas em número e valor. Quanto ao HU, acredita que ele mereça o estatuto de uma unidade de ensino com participação no conselho universitário. Em relação às empresas na universidade enfatizou que "a maior fonte de recurso deve ser público". Para Joana Pedro a relação da universidade com empresas e entidades deve existir "desde que continue fazendo universidade".

Novamente fazendo perguntas aos candidatos no quarto bloco, já sobravam cadeiras vazias no hall do CTC. Ouriques respondeu a Barreto sobre sua proposta para o vestibular. O candidato falou da importância que o concurso tem em alterar o ensino médio no Estado e da proposta de torná-lo dissertativo, envolvendo, entre outros assuntos, a filosofia. Barreto usou a tréplica para apoiar a idéia, dizendo "é mais ou menos isso que eu gostaria de ter ouvido" e depois agradeceu, evidenciando o clima amistoso do debate.

A segunda pergunta foi sobre a segurança no campus. Ouriques respondeu à candidata Joana Pedro que pretende centrar a segurança nas pessoas e não só no patrimônio público. Joana concordou e acrescentou o argumento na importância da segurança dos vigilantes "que no máximo têm um *walkie-talkie*".

Alekmar, vice do candidato Nildo Ouriques, perguntou à Chapa 2 sua proposta para a pedagogia. Joana criticou o descaso e o abandono da formação e salientou a importância da relação professor-aluno.

Na segunda rodada de perguntas da platéia aos candidatos, questionou-se cotas para deficientes físicos, democracia interna, contribuição da universidade com a educação básica e situação dos servidores. Em relação aos deficientes físicos, Barreto falou mais uma vez que pretende cumprir a lei. Construir banheiros especiais e rampas são algumas medidas previstas. E fez uma graça: "eu sou gordo e tenho que enfrentar paredes". Quanto aos funcionários, não acha justo que técnicos com pós-graduação, doutorado e até pós-doutorado, não recebam gratificações como ocorre com os professores. O candidato da chapa 4 pretende estimular o aperfeiçoamento dos servidores. Em relação ao Cun, pretende trocar todos os representantes e escolher democraticamente outros.

A candidata Joana Pedro pretende atuar em diferentes órgãos de fomento para que a pós-graduação tenha sua qualidade garantida. Sobre a educação básica, falou da importância da universidade estar presente em políticas públicas municipais estaduais e referentes a educação, até como uma forma de valorizar os professores que forma. Ouriques propôs fazer um programa de qualificação para os técnicos e lembrou que 60% dos cargos que seriam ocupados por técnicos são ocupados por professores.

Maria Fernanda Ziegler

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE) errou na apuração dos votos do primeiro turno da eleição para reitor da UFSC. E por muito pouco, não causou a maior confusão na universidade. O TRE desconsiderou os votos brancos e nulos na fórmula utilizada para calcular o índice que elege o vencedor. Na UFSC, votos brancos e nulos somam os votos válidos, junto com os nominiais, em que o eleitor escolhe um dos candidatos. Isto porque a Comissão Eleitoral acredita que quem vai às urnas e anula seu voto ou vota em branco quer expressar descontentamento com os candidatos ou apenas participar do processo democrático.

No cálculo incorreto do tribunal, 200 votos brancos e nulos foram desconsiderados e distribuídos entre os candidatos proporcionalmente à votação que cada um recebeu. Assim, o mais beneficiado foi o vice-reitor Lúcio Botelho. O resultado oficial o declarou vencedor do primeiro turno com 49,74% dos votos, quando na verdade ele teve 48,51%. Pelo cálculo incorreto, se o vice-reitor tivesse recebido apenas mais 11 votos entre os professores, teria sido eleito no primeiro turno e a confusão estaria armada.

O engano foi percebido pela equipe do projeto Universidade Aberta e da Rádio Ponto UFSC, ambos do Curso de Jornalismo. O grupo de alunos, coordenado pelo professor

O ERRO

TRE usa fórmula errada na apuração e quase elege vice-reitor no 1º turno

Eduardo Meditsch, fez uma apuração paralela e divulgou o resultado antes da Comissão Eleitoral. Assim que o professor José Arno Scheidt, presidente da Comissão, anunciou ao microfone o resultado do TRE, Meditsch percebeu o erro.

Scheidt conta que antes de iniciar a apuração, membros da Comissão Eleitoral e os auditores do TRE fizeram uma reunião. Nela, foi explicada a fórmula utilizada na eleição da UFSC e os critérios para se considerar os votos brancos e nulos. Os auditores fizeram então uma simulação para mostrar a diferença entre as fórmulas utilizadas na universidade e nas eleições governamentais. No final das contas, acabaram usando a fórmula incorreta, que ficou salva no computador. O presidente da Comissão diz que essa foi a primeira vez que houve erro na contagem de votos nas eleições da UFSC e ga-

rante que no segundo turno o engano não se repetiria.

Desde 1991, o projeto Universidade Aberta faz essa apuração paralela. E o professor Meditsch lembra de já ter detectado erros desse tipo no passado. Nestas eleições, cerca de quarenta alunos, entre bolsistas e voluntários, dividiram-se entre as seções eleitorais para levantar os votos de cada urna que era fechada. No final, calcularam o resultado utilizando a fórmula indicada pela Comissão Eleitoral. Os números do primeiro turno foram divulgados pela equipe apenas 37 minutos após o fechamento das urnas. O resultado oficial foi anunciado quase trinta minutos depois disso.

A apuração paralela foi permitida pelo professor Scheidt, que orientou os presidentes das mesas a liberarem os números para os alunos. A equipe sofreu resistência apenas do próprio TRE, que achou que o trabalho poderia ameaçar a segurança do processo eleitoral. Apesar disso, o grupo realizou a proposta do professor e obteve os resultados. O sítio Unaberta obteve mais de dez mil acessos ao longo de todo o dia. Normalmente, recebe de três a quatro mil acessos diários. Mas Meditsch afirma que o aumento no número de visitantes não era o único objetivo. "Se não houvesse a apuração paralela esse erro poderia passar batido. Nosso trabalho garante a transparência das eleições", finaliza.

Greyci Girardi

Foto: Vladimir D'Andrade/Zero



Fotos: Dabura Ramor/Zero

Olhar atento do padrinho Rodolfo Pinto da Luz e a expectativa de Bolzan e Botelho com os 67% dos servidores que confirmaram a dupla e garantiram um terceiro mandato sucessivo na reitoria

O dia em que o auditório se fez de ringue

O último debate entre os candidatos à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina poderia ser comparado a uma daquelas lutas em que, defendendo o título, Muhammad Ali apanhava, apanhava, mas permanecia em pé e vencia. Na verdade, não poderia ser comparado.

Lúcio Botelho e Nildo Ouriques estavam muito longe de qualquer comparação com Ali ou George Foreman. E a única coisa que lembrava uma luta de boxe naquele auditório da Reitoria lotado era o entusiasmo das duas torcidas.

Líder de oposição que é, Nildo Ouriques partiu para o ataque. Não tinha outra escolha. Erros da atual gestão foram apontados, promessas foram feitas e até os churrascos e chopos pagos pela candidatura oficial foram questionados. Pedia para que os indecisos pensassem na universidade como um todo, e não apenas em seus centros. A metade do público, que vestia a camiseta azul da candidatura oposicionista, foi ao delírio.

Com todo o telhado de vidro que sete anos de administração pode produzir, restou a Lúcio Botelho se explicar, esbravejar e contra-atacar. Acusou Nildo Ouriques de partidizar a eleição, tentou vinculá-lo ao governo Lula. Disse que havia uma chapa de promessas fáceis e discurso bonito, e que havia uma chapa que sabia fazer. O suficiente para a alegria geral da outra metade do público presente, que vestia as camisetas brancas com número 3 nas costas.

A maioria presente e uniformizada não parecia muito disposta a ouvir as propostas. As falas dos candidatos eram constantemente interrompidas por aplausos, gritos, vaias, protestos, apoios. Um roteiro bem ensaiado: Botelho fala, camisas azuis vão, camisas número três aplaudem.

Ouriques fala, os números três vão, os azuis aplaudem. Ao final, os candidatos convocaram os eleitores e militantes para a vitória. As duas claque foram embora satisfeitas. Difícil alguém mudou o voto. Muita torcida, muito barulho. Tudo que aquilo que uma conhecida militante do Sintufsc definiu como "festa da democracia".

Upiara Boschi

ELEIÇÕES
REITORIA 2004
NA UFSC

NO FIM DEU LÚCIO

Apesar de não ter maioria entre os alunos, Botelho e Bolzan vencem com 56% dos votos

Aliança da oposição, discursos anti-fundação, nem medo da privatização conseguiram impedir que, no dia 3 de dezembro, a Universidade Federal de Santa Catarina elege o atual vice-reitor Lúcio Botelho como reitor e Ariovaldo Bolzan, presidente da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), como vice, pelos próximos quatro anos (2004-2008). Apesar da confiança do candidato da situação, a vitória ocorreu apenas no segundo turno, com uma diferença de cerca de 16% dos votos. Cerca de 500 pessoas lotaram o auditório da reitoria logo após a divulgação do resultado, um mar de camisetas brancas com o número três, o da chapa, nas costas.

Eram 9h45min da noite quando a Comissão Eleitoral anunciou oficialmente o resultado, mas a essa altura o saguão da reitoria já estava tomado pelos "lucianos". A chapa 1, *Universidade de Todos*, venceu as eleições com 56,03% dos votos. Nildo Ouriques e Alckmar dos Santos, da chapa *Saber mudar*, tiveram 40,88% e os votos brancos e nulos somaram 3,07% dos votos.

Lúcio e Ariovaldo ganharam entre os professores e servidores técnico-administrativos e, como o voto nas eleições é paritário, cada uma delas é responsável por um terço da votação, não importante o número de votantes. Entre os professores, Lúcio ficou com 58,38% dos votos, contra 36,84% de Nildo Ouriques; na categoria dos servidores a votação ficou em 66,87% contra 30,16%. A oposição foi a mais votada apenas pelos estudantes, 55,64% dos alunos votaram em Nildo e 42,83% em Lúcio. Ao todo, 15.173 pessoas votaram no segundo turno das eleições. Foram 1.504 professores, 2.429 servidores e 11.240 alunos.

"Rodolfo um..." - A música-tema das vitórias de Ayrton Senna, o Hino Nacional e as cantigas dos eleitores ecoavam enquanto Lúcio e Ariovaldo eram carregados pela multidão que comemorava. Visivelmente emocionado, o futuro reitor deixou claro que a reitoria vai estar com "a mesma porta aberta de sempre" e anunciou que até 10 de maio, data da posse, ele continua o trabalho de vice normalmente.

Ao som dos gritos de "tricampeão" vindos da torcida, ele agradeceu ao companheiro e amigo Rodolfo Pinto da Luz, o atual reitor, pelos anos de trabalho e pelo apoio durante a campanha. Foi dele um dos abra-



"Rodolfo um, Rodolfo dois e o Lúcio vem depois": O abraço do atual reitor foi um dos mais emocionados



"Lucianos" comemoram o tricampeonato ao som do tema da vitória de Ayrton Senna

ços mais emocionados que o futuro reitor recebeu no calor da comemoração.

Lúcio lembrou as dificuldades enfrentadas durante as eleições, disputada entre duas chapas fortes, e destacou os momentos difíceis, vividos principalmente por Ariovaldo, repudiado por muitos por ser presidente da Feesc.

Cerca de quatro mil camisetas foram distribuídas e cerca de 400 pessoas trabalharam intensivamente

na campanha. Lúcio Botelho parabenizou esta equipe, que chamou de "militância de cara limpa e aberta", mas afirmou que quer uma gestão mais coletiva e participativa.

A corrente indo para a esquerda - Às 9h25min da noite Nildo Ouriques cortava o clima de apreensão, que se instalou no comitê desde o início da apuração, às nove da noite, e começava o discurso final. "Vamos ter que suportar a mediocridade, a falta de igualdade". Era o fim da esperança de mudar.

Mesmo tendo o apoio explícito dos outros dois candidatos do primeiro turno, Joana Pedro e Jorge Muniz Barreto, Nildo Ouriques não conseguiu agregar os votos das outras duas chapas de oposição.

E apesar de rejeitar o discurso "o importante é competir", ele afirma que as eleições foram úteis para que a oposição trabalhe para mudar o que julga incorreto. Como exemplo, ele citou as fundações e a confusão que elas causam entre o que é público e o que é privado na universidade. Ele afirmou que a oposição vai passar a utilizar o Conselho Universitário (CUn) para reivindicar direitos e participar da gestão.

Simone Cunha

O VENCEDOR

Botelho é vice-reitor, foi um dos pioneiros no projeto "Saúde na família" e como médico, nunca cobrou uma consulta

ELEIÇÕES
REITORIA 2004
NA UFSC

Prometendo descentralização das decisões, mais transparência, criação de uma pró-reitoria de desenvolvimento humano e expandir a pós-graduação sem descuidar da graduação, o professor Lúcio Botelho, candidato a reitor pela chapa *Universidade de todos*, confirmou sua vitória no dia 3 de dezembro obtendo 56% dos votos. Botelho sempre foi uma figura conhecida na universidade, já que durante sete anos foi vice do atual reitor Rodolfo Pinto da Luz. Botelho é médico, professor, liderou importantes projetos de saúde pública na universidade, adora futebol e voleibol e até já participou de campeonatos brasileiros nos dois esportes. Ano passado fez bodas de prata e tem três filhos, sendo que um deles cursa medicina, seguindo os passos do pai.

Lúcio Botelho formou-se em medicina na UFSC em julho de 1977 e seu primeiro emprego como médico foi de bolsista da prefeitura, atendendo pacientes no posto de saúde da Lagoa da Conceição. Paralelo ao trabalho no posto, participava do projeto Permanência Hospitalar Voluntária (PHV), no hospital Governador Celso Ramos, onde atendia a população gratuitamente. Mudou-se para Porto Alegre para fazer curso de especialização em saúde pública, área em que desenvolve projetos até hoje. Quando voltou para Florianópolis, em 1978, continuou com o seu trabalho no posto da Lagoa, ficando mais um ano sem nunca cobrar uma consulta. "Nunca pratiquei medicina privada. Sempre geral e comunitária, mesmo com pacientes ricos", orgulha-se.

Nessa época, Botelho representava Santa Catarina no Centro Brasileiro de Estudos da Saúde e foi aí que começou seu envolvimento em projetos que uniam educação e saúde. Participava de grupos que trabalhavam o tema nas igrejas e nas pastorais e era ativo na luta pela criação de um sistema único de saúde. Esse movimento era forte entre profissionais da universidade e, em 1979, Botelho tornou-se professor da UFSC.

A universidade exigia dedicação exclusiva, mas o professor continuou atendendo em um projeto desenvolvido com quatro professores para a criação de um ambulatório na Costeira do Pirajubaé, onde a comunidade era atendida gratuitamente por estudantes e docentes de medicina da UFSC. A iniciativa deu tão certo que foi repetida em Chapecó, surgindo o Projeto Cooperativa Alfa, em que agentes primários de saúde eram treinados para realizar atendimento domiciliar na região. A idéia foi estendida para a cidade de Santarém no Amazonas, e existe até hoje. "Esse projeto é a base de todo o programa de saúde na família do governo brasileiro. Não tenho medo de falar isso. Daqui saíram pessoas que atualmente estão na coordenação nacional do programa de saúde familiar do governo", assinala.

Currículo - O reitor eleito leciona na pós-graduação dos cursos das ciências da saúde, já foi membro do Conselho Universitário, diretor do Centro de Ciências da Saúde e chefe do serviço de saúde pública do Hospital Universitário. Foi relator geral na primeira Conferência Estadual de Saúde, delegado na oitava Conferência Nacional e consultor da Organização Pan-Americana de Saúde. Participou de projetos importantes como a determinação de processos de saúde no meio de suinocultores, primeira vez que houve um estudo sobre essa questão entre trabalhadores específicos e coordenou o projeto "Campos aproximados". Trabalhou em diversas pesquisas, como por exemplo, uma sobre o comportamento do adolescente com relação à AIDS e às drogas.

O currículo do reitor eleito não pára por aí. Em 2002, foi o segundo professor que mais publicou artigos em seu departamento. Também representa o Brasil no grupo de pesquisadores sobre estatística aplicada a ciências sociais que reúne quatro europeus e quatro latino-americanos. Escreveu um capítulo de 110 páginas no livro *Manual da Saúde e Segurança do Trabalho* que já está na décima edição e participou da coordenação do livro metodológico para avaliação do peso em crianças menores de seis anos em Florianópolis. Em seu mestrado, feito na UFSC na área de saúde pública, também abordou a questão da criança, estudando métodos para diminuir a mortalidade infantil através da prevenção de seus fatores.

Além de reitor... - A medicina surgiu por um acaso na vida de Botelho. "Na época, queria jogar futebol", brinca. Aos 17 anos, morava em Itajaí - norte do Estado - e jogava na divisão juvenil do Marílio Dias, quando foi convidado para treinar no Rio de Janeiro. Acabou optando por estudar e foi aprovado na primeira tentativa ao vestibular sem fazer cursinho. "Não sei porque escolhi medicina. Talvez porque era o curso mais difícil", recorda. Antes da faculdade, frequentou durante um ano o colégio particular Salesiano Itajaí, mas sua formação foi toda em colégio público, no Grupo Educacional Getúlio Vargas, no Saco dos Limões, e no Instituto Estadual de Educação, ambos em Florianópolis.

Casado há 25 anos, Botelho tem três filhos, Mariana, Francisco e Ana Luiza, os dois primeiros estudantes na UFSC enquanto a caçula é aluna do Colégio Catarinense. Nas horas vagas, Botelho gosta de ler "tudo que cai na mão" e, de vez em quando, escreve poesias. Recentemente "perdeu a vergonha" e mostrou seu trabalho para um amigo que prometeu que vai fazer uma edição. Além disso, gosta de cozinhar para a família e ver programas de esporte na TV.

Atualmente mora em um confortável apartamento no centro da cidade, mas nem sempre foi assim. Nascido em uma família pobre, Botelho passou toda sua infância no Saco dos Limões "na casa 25 da vila operária". Perdeu o pai aos sete anos e a mãe aos quinze, sendo criado pela única irmã. Seu primeiro emprego foi aos treze anos como *office-boy*. Mas o professor guarda boas lembranças da infância no Saco dos Limões, tanto que joga futebol até hoje com os amigos do bairro.

Atleta - O esporte é uma das paixões do reitor eleito, que na época de estudante no colégio Salesiano foi considerado o melhor atleta do ano. Já participou de dois campeonatos brasileiros de voleibol e quando jogou futebol de salão, disputou quatorze campeonatos nacionais e em onze Jogos Abertos de Santa Catarina. Atualmente integra um grupo de vôlei que se reúne todas as sextas-feiras na universidade e dois grupos de futebol, um da universidade e outro em seu bairro de origem. Para ele, o futebol não é só lazer e acha que o esporte talvez tenha contribuído em sua campanha, porque foi através dele que conquistou a estima dos servidores técnicos-administrativos. "Eu era o único professor que jogava futebol no torneio deles. É por isso que eles gostam de mim", destaca.

E do esporte também retirou uma lição para as três campanhas que disputou. "A vida esportiva é muito interessante porque nos dá a noção de coletivo. Ele te dá a noção do que é ganhar e perder, do que é perseguir vitória e correr atrás" conclui.

Mariana Hinkel



Jogar futebol com os servidores garantiu alguns votinhos vitoriosos

Botelho responde duas perguntinhas incomôdas, mas necessárias

Você sentiu mudanças com a administração do ministro Cristovam Buarque?

"Mudou para pior. Antes achávamos que ia ser melhor. Achamos que não teríamos problemas com orçamento, mas nós não conseguimos sequer liberar integralmente a emenda Andifes 2003. Chistovam Buarque discursou muito, como é uma característica, mas, na prática, nem encaminhou o projeto de mudança para eleições de reitor. O MEC vive uma espécie de paralisia. Eu penso que vai haver reforma no ministério".

E como está a relação do governo Lula com a universidade?

"Eu não quero nem pensar que seja uma posição de governo, mas o Palocci colocou aquela entrevista na *Veja* sobre pagamento de taxa, de mensalidade. Exatamente como aconteceu com o Chile, que começou com quem podia e agora a universidade está morta. A hora que universidade pública brasileira depender de mensalidade para sobreviver ela está morta. Não há universidade que precise de investimento para pesquisa que consiga sobreviver com mensalidade de aluno".



Jóia: O Cadillac Coupê Ville 51, avaliado em R\$ 120 mil, tem vidros elétricos e era um dos mais raros da exposição do Veteran Car

FOTOS

Exposição de carros antigos une extravagância e beleza

"Carro antigo é igual a mulher de amigo. A gente olha, admira, mas não toca". A inscrição estava escrita numa plaquinha pendurada em vários dos carros apresentados nos dias 6 e 7 na UFSC. Era a apresentação do Veteran Car, clube de carros antigos de Florianópolis. Ao todo foram exibidos 204 carros dos modelos Landau, Maverick, Mercury, Fusca quatro portas, Ford Bigode, o raro Cadillac Coupê Ville 51 que está avaliado em R\$120.000, além de outras jóias da indústria automobilística estacionadas na frente da reitoria para que todos pudessem apreciar.

"O colecionador tem orgulho de mostrar o carro, de que as pessoas perguntem, o problema está quando mexem. é porque pode quebrar" explica Altair Manoel, proprietário de 20 carros antigos que guarda num galpão em São José - Grande Florianópolis. Lá, ele mantém desde um Essex de 1928 até um Golf alemão modelo 79 que, iguais a ele, no Brasil só existem mais outros dois. O advogado coleciona carros há 40 anos e hoje é um dos maiores conhecedores de carros antigos do clube. "É uma paixão que começa desde pequeno com as miniaturas".

Foi também a partir de miniaturas que começou a paixão de Sérgio Pereira. O mecânico tem uma Simca Chambord 62 vermelho e branco. Desde os 12 anos de idade sonhava com o carro, mas só vinte anos depois achou um num paiol em Alfredo Wagner, porém ele estava em péssimo estado. Para comprar e consertar o carro teve então que vender seu Diplomata. "Você sai no Kobrosol com um Golf desse novo, têm vários, agora sai com o Simca todo mundo olha" completa.

Está enganado quem pensa que estes carros não andam e só servem para exposição. João Peitz veio pela BR-101 de Curitiba até Florianópolis dirigindo seu Ford A de 1929. Este era um dos carros mais antigos na exposição, perdendo apenas para um do mesmo modelo, só que um ano mais velho. O trajeto foi feito em quatro horas e meia. O carro tem três marchas além da ré, limpador de pára-brisa manual e chega a fazer atualmente até 80 quilômetros por hora. "Ele não chega a atrapalhar o trânsito" diz Peitz, que além deste carro, tem outro Ford A e um Fordor, todos de 1929. "O Ford A é o carro do Pato Donald", esclarece. O entusiasmo do colecionador começou desde pequeno, nas revistinhas de quadrinhos, mas ele só começou a comprar e cuidar de carros antigos depois que se aposentou do trabalho em uma fábrica de eletrônica em Curitiba.



As mulheres dos colecionadores são as que mais reclamam. Um carro de R\$ 3 mil pode dar um gasto de R\$ 20 mil na restauração

O Ford modelo A ou Ford Bigode foi fabricado entre 1927 a 1931. Naquela época, custava 297 dólares nos Estados Unidos, hoje dependendo do estado de conservação custa mais de 15 mil dólares. Dizem as más línguas, que Henry Ford era tão pão duro, que usava a madeira das caixas para fazer os bancos e o chão dos carros. "Hoje chamam isto de reciclagem" defende Peitz. O apelido de Ford de Bigode foi dado porque no volante existem dois manetes, que lembram bigodes, uma para o avanço de centelha e outro de acelerador. Outra peculiaridade é o chamado banco da sogra, um banco que fica na parte de trás do carro e não é coberto pela capota, então quem faz o passeio lá, pega, sol, vento, chuva. Daí então, o nome em homenagem as sogras.

Não falta brincadeira em relação aos carros. O DKW Vemag de 1964 cujas portas da frente abrem ao contrário é conhecido como "deixa ver". Isto porque quando o rapaz gentilmente abria a porta do carro para a moça, ficava na espreita para ver as pernas da amada. Já o Simca Chambord um carro considerado muito bonito, mas com um motor que sempre enguiçava é conhecido como "belo Antônio" em alusão ao ator Marcelo Mastroianni.

Brincadeira cara - Adolar Ferreira Filho, que além do nome herdou do pai a paixão por carros antigos, explica que o problema em restaurar esses carros está no preço dos acessórios. O custo para restaurar um veículo antigo varia muito, mas ele diz que em geral gasta-se de R\$ 4.000 a R\$ 4.500 em funilaria, na pintura entre R\$ 2.000 e R\$2.500, mais R\$ 2.000 em estofamento e tapetes, de R\$ 1.000 a R\$ 1.500 em mecânica. "já em acessórios é que está o problema". Ele é proprietário de um Simca Tufão 66 que lhe custou R\$ 3.000, mas só de restauração já gastou 20 mil, e ainda não concluiu os reparos.

Existem pessoas especializadas em venda de acessórios para colecionadores. Ricardo Athayde proprietário de duas lojas em Blumenau é um deles. Excentricidade é pouca para ele que tem na sala de sua casa o banco de trás de uma Variant como sofá e uma lambreta servindo de banco. Ele também é colecionador, tem doze carros antigos, entre eles uma Kombi de 6 portas além de doze Lambretas.

O mercado de acessórios para carros antigos dá dinheiro, porque como as peças são raras elas se tornam caras. Para se ter uma idéia, o par de faróis de um Fusca 70 custava R\$ 250 na barraquinha que Athayde montou no evento. Um volante monocromático verde de Fusca 62, peça rara custa R\$ 350 e o raríssimo painel de instrumentos de um Chevrolet Bel Air de 1957 custa nada mais nada menos que R\$ 100 mil.

A brincadeira de meninos grandes custa caro. E por isso é que muitas esposas não aprovam esta forma de lazer de seus maridos. Andréa Boff, que veio de Balneário Camboriú com marido Marcos Boff, e o filhinho de 11 meses, conta que é comum as mulheres reclamarem dos gastos com peças e acessórios. Ela, porém, garante que aprecia este estilo de vida "até porque é uma forma de resgatar a história". Para Andréa, o mais interessante é que "estes carros te levam para um outro tempo" e sem dúvida levam mesmo.

Para avaliar o preço de um carro antigo, são avaliados o ano, quanto mais antigo mais caro, o estado de conservação e a raridade do modelo. É considerado carro antigo aquele que tem mais de 20 anos, ou seja, fabricados antes de 1983. Os carros que tem 80% de peças originais podem receber um cadastramento especial, com a placa preta, que é a placa, conforme o código de trânsito destinada a carros antigos. Em Florianópolis só existem 15 carros com placa preta. Gilberto Freitas, presidente do Veteran Car de Florianópolis, é dono de uma Mercedes 72 com a placa. "Mas para obtê-la é preciso ser afiliado a um clube que faça parte da Federação Brasileira de carros antigos" alerta Gilberto.

Maria Fernanda Ziegler

ZERO